

FACULDADES INTEGRADAS “ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

**NOVA PROPOSTA DE AUXÍLIO APRENDIZAGEM DO PROJETO
BRINCANDO E APRENDENDO**

Clara Célia Oishi Ferrari

Edicleide Cássia Sousa de Freitas

Mariane Delatin Rodrigues

Marilze Amaral Roman

Renata Aparecida Costa

Presidente Prudente/SP

Novembro/2002

FACULDADES INTEGRADAS “ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

**NOVA PROPOSTA DE AUXÍLIO APRENDIZAGEM DO PROJETO
BRINCANDO E APRENDENDO**

Clara Célia Oishi Ferrari
Edicleide Cássia Sousa de Freitas
Mariane Delatin Rodrigues
Marilze Amaral Roman
Renata Aparecida Costa

Monografia apresentada como requisito parcial
de Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço
Social para obtenção do grau de Assistente
Social, sob orientação da Prof.^a Lucinéia
Aparecida Roncador Lucheti

Presidente Prudente/SP

Novembro/2002

**NOVA PROPOSTA DE AUXÍLIO APRENDIZAGEM DO PROJETO
BRINCANDO E APRENDENDO**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado
como requisito parcial para obtenção do
Diploma de Graduação.

Prof^a. Lucinéia Aparecida Roncador Lucheti

Prof^a. Silvana Malaman Trevisan Dias Batista

Rosângela Cristina Neres

Presidente Prudente, ___/ ___/ ___

Agradecimentos

O presente trabalho não teria sido realizado sem o apoio e o estímulo recebido de diferentes pessoas em circunstâncias também diferentes.

A Deus,

Por estar presente em todos os momentos de nossas vidas, nos iluminando, dando-nos força e perseverança nesta difícil caminhada.

Diante de obstáculos, incertezas e angústias a sua presença, Senhor sempre esteve direcionando os nossos caminhos.

Obrigado Senhor, por estar sempre nos protegendo!

O grupo

Aos familiares,

O que sentimos nem sempre podemos traduzir em palavras.

Seria impossível traduzir o carinho e o amor que temos por vocês.

Agradecemos pelo incentivo, afeto, carinho, paciência e principalmente pelo apoio que nos motivaram e ajudaram a superar os obstáculos que encontramos na realização deste trabalho.

Ao grupo,

Agradecemos cada integrante do grupo pela paciência, respeito, humildade e sinceridade que nos permearam durante essa escalada de conhecimentos.

Aos namorados, irmãos e amigos,

Nos momentos de solidão, você foi à presença. Quando algo nos faltou, você foi o complemento. Você foi o respeito à nossa maneira de sermos; apoio; a luz que tanto necessitamos, quando precisamos.

A sua companhia, seu sorriso, suas palavras e sua presença, foram indispensáveis para realização deste estudo.

A nossa Orientadora Lucinéia Aparecida Roncador Lucheti

Aprendemos com você, a adquirir autoconfiança em nosso potencial para o desempenho competente de nosso trabalho.

Agradecemos pela paciência, respeito e firmeza que possibilitaram encontrar este caminho, ultrapassando diversos limites.

RESUMO

O presente trabalho buscou verificar e compreender se a nova proposta de auxílio aprendizagem do Projeto Brincando e Aprendendo contribuiu para a superação das dificuldades dos participantes na escola e conseqüentemente na família.

Para tanto, analisou-se a Educação no contexto brasileiro, a seguir, conceituou-se sobre a Ação Complementar à Escola e logo após, buscou-se mostrar o Histórico da Congregação Filhas de Maria Missionárias e do Educandário São José.

Para a elaboração desta pesquisa, utilizou-se, inicialmente de um estudo exploratório em que constatou-se, através de dados coletados, um grande número de crianças, que apresentavam dificuldades na aprendizagem. Realizou-se também explorações bibliográficas para a elaboração do projeto de pesquisa definitivo.

A partir desse embasamento teórico, delimitou-se o universo da pesquisa inicialmente em 21 crianças, alterando este número para 15 crianças, em decorrência da desistência das demais.

Para a realização da pesquisa entrevistou-se a assistente social, os professores, educadores e familiares das crianças participantes do projeto. Posteriormente, realizou a análise e interpretação desses dados coletados, utilizando técnicas investigativas de análise de conteúdo. Resultando assim, no relatório do presente trabalho.

O grupo constatou que, embora o Brasil sofra com o problema de má qualidade do ensino fundamental, existem formas de ensinar que levam em conta às condições peculiares de cada criança, os diferentes pontos de partida, conseguindo atingir bons resultados no ensino-aprendizagem como, por exemplo: o Projeto Brincando e Aprendendo.

E é no cotidiano desses projetos que desenvolvem ações complementares à escola, que se perpassam os impasses e as dificuldades na aprendizagem; que se insere a atuação do profissional do Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Ação complementar à escola e Dificuldades de aprendizagem.

ABSTRACT

The present work looked for to verify and to understand the new proposal of help learning of the “Projeto Brincando e Aprendendo” has contributed to overcome the participants' difficulties at school and consequently in the family.

First, the Education was analyzed in the Brazilian context, then it was considered about the Complementary Action to the School and after, it looked for to show the Report of the ‘Congregação das Filhas de Maria Missionárias’ and ‘Educandário São José’.

For elaboration of this research, it was used, initially an exploratory study in that it was verified, through collected data, a great number of children, that presented difficulties in the learning. It was also used complementary bibliographical explorations for the elaboration of the definitive research project.

Starting from that theory the universe of the research it was delimited initially in 21 children, change this number for 15 children, due to the cessation of the others.

For accomplishment the research it was interviewed the social worker, the teachers, educators and children's relatives. Later, it accomplished the analysis and interpretation of those collected data, using investigative techniques of content analysis. Resulting, in the report of the present work.

The group verified that, although Brazil suffers with the problem of bad quality of the fundamental teaching, there are ways of teaching that consider child's peculiar conditions, the different starting points, getting to reach good results in the teaching - learning as, for example: Projeto Brincando e Aprendendo.

It's in daily of those projects that develop complementary actions to school, that problems and difficulties are demonstrated in the learning, so it's done necessary the professional's of the Social Service performance.

KEYWORDS: Education; Complementary Action to School; Learning difficulties.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 EDUCAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO | 15 |
| 2.1 Conceituação de educação | 15 |
| 2.2 Educação no Brasil | 18 |
| 2.3 Alguns reflexos da pobreza sobre a questão da educação | 27 |
| 2.4. Evasão escolar e repetência | 32 |
| 2.5 Estatuto da criança e do adolescente – Eca e o direito a educação..... | 36 |
| 3 A AÇÃO COMPLEMENTAR À ESCOLA E O TRABALHO SOCIAL NO CAMPO EDUCACIONAL..... | 40 |
| 3.1 A ação complementar à escola..... | 40 |
| 3.2. Atividades desenvolvidas com a família, comunidade e escola | 45 |
| 3.3 A parceria com a família..... | 45 |
| 3.4 A parceria com a comunidade | 50 |
| 3.5 A parceria com a escola | 51 |
| 3.5.1 <i>Construindo uma proposta educacional</i> | 51 |
| 3.5.2 <i>Acompanhamento escolar</i> | 53 |
| 3.5.3 <i>Orientação de estudos</i> | 53 |
| 3.6 Trabalho social e a ação complementar | 56 |
| 4 CENTRO SÓCIO EDUCATIVO E CULTURAL DO EDUCANDÁRIO SÃO JOSÉ – “VIDA PARA TODOS” DE SANTO ANASTÁCIO | 58 |
| 4.1 Histórico da Congregação Filhas de Maria Missionárias | 58 |

| | |
|--|-----|
| 4.2 Congregação Filhas de Maria Missionária em Santo Anastácio | 62 |
| 4.2.1 <i>O município</i> | 62 |
| 4.2.2 <i>Projeto: Centro Sócio - Educativo E Cultural – “Vida Para Todos” – Educandário São José</i> | 64 |
| 4.2.3 <i>Proposta atual do Educandário São José</i> | 66 |
| 4.2.4 <i>Características específicas do grupo verde</i> | 72 |
| | |
| 5 AS CRIANÇAS ATENDIDAS NO EDUCANDÁRIO SÃO JOSÉ: DIFICULDADES E AVANÇOS | 76 |
| 5.1 Alguns aspectos psico-sociais das crianças atendidas no educandário São José na percepção da família | 76 |
| 5.2 O comportamento e aprendizagem das crianças no educandário na percepção dos professores | 79 |
| 5.3 A relação dos educadores com as crianças atendidas no projeto brincando e aprendendo..... | 87 |
| | |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 93 |
| | |
| 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 96 |
| | |
| ANEXOS | 100 |

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 - Sínteses das atividades do Educandário São José – 1972-2002 | 66 |
| Quadro 2 - Alterações nas crianças que participam do grupo verde no ano de 2001 | 81 |

FIGURA

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Melhoras obtidas pelas crianças na percepção dos professores referentes aos anos de 2001 e 2002..... | 86 |
|---|----|

FOTOS

| | |
|---|-----|
| Foto 1 – Participantes do Programa Sócio Educativo e Cultural – “Vida para Todos” do Educandário São José | 105 |
| Foto 2 – Atividades desenvolvidas no Projeto Sócio – Educativo | 106 |

1 INTRODUÇÃO

A educação é uma prática social, que visa a aprendizagem dos diversos tipos de saberes existentes, para a formação de sujeitos, de acordo com as necessidades e as exigências de sua sociedade, em um momento da história de seu próprio desenvolvimento.

Atualmente, a educação é considerada um fator de mudanças, ou seja, ela é um dos principais instrumentos de intervenção na realidade social, com vistas a garantir a evolução econômica e social; além de dar continuidade a mudanças no sentido desejado...

No Brasil a situação do ensino fundamental nos revela uma realidade universalizada, em que as nossas crianças iniciam o ciclo e permanecem nele por um período suficiente para que ocorra a conclusão deste.

Entretanto, os problemas da má qualidade e do baixo desempenho dos estabelecimentos escolares públicos têm levado a educação a reforçar as desigualdades sociais. Quando na verdade, ela deveria ser o requisito, tanto para o pleno exercício da cidadania, como para o desempenho de atividades cotidianas, contribuindo para a inserção qualificada no mercado de trabalho, que está cada vez mais concorrido e exigente, além de ser o elemento essencial para tornar a sociedade mais justa, solidária e integrada.

Sendo assim, nosso interesse em analisar as crianças que estão cursando o ensino fundamental e são participantes do Projeto Brincando e Aprendendo, deu-se em razão do estágio realizado por uma das integrantes do grupo, enquanto aluna do 3º ano do Curso de Serviço Social, durante o período de fevereiro a novembro de 2001, no Centro Sócio Educativo “Vida para Todos” do Educandário São José em Santo Anastácio.

No decorrer do estágio, percebeu-se a existência de um número elevado de crianças, que embora estivessem na 3ª. ou 4ª. série, ainda não sabiam ler e escrever.

Face a esse dado, iniciamos nossa pesquisa, observando quinze crianças que fazem parte do Projeto Brincando e Aprendendo do Educandário São José, e que possuíam grande dificuldades de aprendizagem.

Para melhor investigar, utilizamos a técnica de entrevista aberta aplicada com a assistente social; os educadores; os professores das escolas públicas e com os familiares, com intuito de verificarmos se a criação desse novo projeto estava conseguindo atingir as expectativas e colaborar com a superação das dificuldades na escola e conseqüentemente na família.

Por conseguinte, essas observações e entrevistas contribuíram significativamente para que pudéssemos melhor compreender nosso objeto de estudo, que era verificar se a criação dessa nova proposta de auxílio à aprendizagem, no Projeto Brincando e Aprendendo, estava contribuindo para a melhoria do aprendizado dos participantes, não apenas nas tarefas escolares, como também na ampliação e no aprofundamento acerca dos conhecimentos necessários para a vida e para o futuro.

Levantamos algumas hipóteses norteadoras que poderiam indicar que com sua ocorrência, o aluno teria mais aproveitamento na escola. Que são:

- ➔ Maior interesse na aprendizagem, quando o educador propicia atividades diversificadas e

- ➔ Melhor relacionamento entre os educadores e crianças.

Foram sujeitos de nossa pesquisa, as crianças participantes do grupo verde do projeto Brincando e Aprendendo, a coordenadora, a assistente social, os educadores, os professores e a família.

Utilizamos para nos orientar, teoricamente, os documentos: Estatuto da Criança e do Adolescente; o Guia de Ações Complementares à Escola para crianças e adolescentes e o material bibliográfico do Educandário São José.

O conteúdo do trabalho está didaticamente organizado em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, enfocamos o conceito de educação, como está organizado no Brasil, os reflexos da pobreza sobre esta e quais as conseqüências acarretadas como: evasão e repetência escolar.

No segundo capítulo, trazemos um breve histórico sobre a ação complementar à escola, enfatizando a articulação entre a escola, família e comunidade.

No terceiro capítulo, apresentamos o Histórico da Congregação Filhas de Maria Missionárias e do Centro Sócio Educativo e Cultural do Educandário São José – “Vida para Todos”, enfocando a sua estrutura e o funcionamento do Projeto Brincando e Aprendendo.

O quarto capítulo apresenta a análise e interpretação dos dados, enfocando os avanços e as dificuldades das crianças do grupo verde, na percepção da família, dos professores e dos educadores.

2 EDUCAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO

O presente capítulo tem como objetivo mostrar a importância de uma escola qualificada, capaz de instrumentalizar os estudantes para o enfrentamento das realidades, apresentadas por um mundo cheio de desafios e de novas tecnologias, em que a educação vai, além de ensinar fórmulas prontas e acabadas, sendo um ato contínuo de aprendizado que evolui com uma orientação correta e com a experiência de vida. Ainda, destaca alguns dos grandes problemas educacionais, tais como: evasão e repetência enfrentada pelas crianças e adolescentes no desenvolvimento desse processo.

2.1 Conceituação de educação

De tudo o que se discute hoje sobre educação, não há uma forma única nem um único modelo de educação. Isso porque, a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante.

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver. Todos os dias misturamos a vida com a educação. E por isso, sempre achamos que temos alguma coisa a dizer sobre a educação.

A educação existe, em mundos diversos, em pequenas sociedades tribais de povos caçadores, agricultores ou pastores nômades, em sociedades camponesas, em países desenvolvidos e industrializados, em mundos sociais sem classes, de classes, em sociedades com um Estado em formação ou com ele consolidado entre e sobre as pessoas.

Desse modo, existe a educação em cada categoria, em cada povo, ou entre povos que se encontram, ou ainda, entre povos que se submetem e dominam outros povos,

usando a educação como um recurso a mais de sua dominância. Da família à comunidade, a educação é difundida em todos os mundos sociais, entre as incontáveis práticas do mistério do aprender; primeiro, sem classes de alunos, sem livros e sem professores especialistas; mais adiante, com escolas, com salas, com professores e com métodos pedagógicos.

A educação pode existir livre e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para tornar comum, como saber, como idéia, como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou como vida. Ela pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos¹.

Ela ajuda a pensar nos tipos de homens. Mais do que isso, ela ajuda a criá-los passando de uns para os outros o saber que os constitui e legitima-os.

Não há apenas idéias opostas a respeito da educação, da sua essência e de seus fins. Há interesses econômicos, políticos que se projetam também sobre a educação. Não é raro que aqui, como em toda parte, a fala que idealiza a educação, esconda, no silêncio do que não diz, os interesses que pessoas e que grupos têm para os seus usos. Pois, do ponto de vista de quem a controla, muitas vezes definir a educação e legislar sobre ela implica justamente ocultar a parcialidade desses interesses, ou seja, a realidade de que eles servem a grupos, a classes sociais determinadas, e não tanto “a todos”, “à nação”, “aos brasileiros”.

Do ponto de vista de quem se responsabiliza em fazer a educação funcionar, parte do trabalho de pensá-la, implica justamente em desvendar o que faz com que a educação, na realidade, negue e renegue o que oficialmente se afirma dela na lei e na teoria.

Mas a razão de desavenças é anterior e, mesmo entre educadores, ela tem alguns fundamentos nas diferenças entre modos de compreender o que o ato de ensinar afinal é, o que determina e, finalmente, a que e a quem ela serve.

¹ BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. p.10.

A educação é uma prática social, cujo fim é o desenvolvimento do que na pessoa humana pode ser aprendido entre os tipos de saberes existentes em uma cultura, para a formação de tipos de sujeitos, de acordo com necessidade e exigências de sua sociedade, em um momento da história de seu próprio desenvolvimento. É hoje considerada como um fator de mudanças: um dos principais instrumentos de intervenção na realidade social com vistas a garantir a evolução econômica e a evolução social e dar continuidade às mudanças no sentido desejado...

A educação tem um papel estratégico no Projeto neoliberal, sendo de um lado central, porque busca atrelar a educação institucionalizada aos objetivos estreitos de preparação para o trabalho, com intuito de que a escola prepare melhor seus alunos para o mercado de trabalho competitivo. E de outro na importância de utilizar a educação como transmissora das idéias que reforcem a livre iniciativa do livre mercado.

Dessa forma, percebemos, claramente no discurso neoliberal, a idéia de desobrigatoriedade com a educação, deixando-a por conta das famílias, da sociedade; como exemplo, o **Programa Amigos da Escola**².

Segundo Brandão³, o regime político e o modelo socioeconômico imposto, nos últimos, anos à sociedade brasileira comprometeu a qualidade do ensino de nossas escolas, seja pela repressão político ideológica, ou pelo caráter flagrantemente antidemocrático de suas leis e decretos, que se reflete na elaboração e modificação ilegítimas de regimentos e estatutos das Universidades.

A política educacional implantada levou à progressiva desobrigação do Estado com o custeio da Educação, e à expansão do ensino privado. Assim, a educação

² **Programa Amigos da Escola** – O Programa Amigos da Escola foi lançado oficialmente em 1999, em parceria com O Comunidade Solidária – como uma das vertentes das comemorações dos 500 anos do Brasil. O Comunidade Solidária se divide em dois. Há um órgão do governo que coordena a ação social e que atua em mais de 1300 cidades das mais pobres do país. Separadamente, há o Conselho do Comunidade Solidária, do qual participam personalidades como Gilberto Gil, Daniela Mercury e Viviane Senna, e que é presidido pela primeira-dama, Ruth Cardoso. Uma parte importante da ação do Comunidade é um programa chamado Alfabetização Solidária. A escolha das cidades beneficiadas não se deu por critérios políticos, mas pela lista de analfabetismo do IBGE. CF. GLOBO: banco de dados. Disponível em: <<http://www.redeglobo6.globo.com/amigosdaescola/0,6993,1236,00.html>>. Acesso em: 30 abr. 2002.

³ BRANDÃO, 1993. p.59.

está aberta á ação dos empresários do ensino, sujeita às leis da iniciativa privada, sendo negociada como mercadoria entre as partes interessadas em vender e comprar, o que revela o caráter elitista do atual processo educacional no Brasil". (Boletim Nacional das Associações de Docentes nº 3)⁴

Mas nos últimos anos, a sociedade mobilizou-se e garantiu recursos e avanços institucionais para a escola. A Lei de Diretrizes e Bases, os Parâmetros Curriculares, a reserva constitucional de verbas, o surgimento de inúmeras ONGs no setor, o engajamento de empresas com responsabilidade social. Consistindo assim em um elenco de fatores que tem contribuído para a formação de um amplo arco de alianças em favor da educação.

Sendo assim, um dos debates mais frequentes, em todos os segmentos sociais, tem sido, o reconhecimento ecumênico da importância e da urgência de uma escola capaz de instrumentalizar os estudantes para o enfrentamento das realidades apresentadas por um mundo cada vez mais cheio de desafios e novas tecnologias, extremamente competitivo, onde só encontrarão espaço aqueles indivíduos que possuam não só conhecimentos teóricos e práticos, mas acima disso, que suas formações sejam constituídas de uma profunda consciência ética, moral, humana e ambiental.

2.2 Educação no Brasil

A educação brasileira, para chegar aos dias atuais, passou por diversas fases, sendo abordada em cada período de uma maneira e estando sempre subordinada aos interesses que predominavam na época.

Assim, a história da educação pode ser esboçada a partir do final do século 20, um pouco mais delineada no movimento da Escola Nova, na proposta da escola profissional do Estado Novo, nos debates sobre a Lei de Diretrizes e Bases até sua aprovação final em 1961.

⁴ BRANDÃO. 1993. p. 59.

Após 1930, e mais particularmente, após 1937, existe não apenas mão-de-obra disponível e de baixo custo, matérias-primas baratas e mercado consumidor potencialmente diversificado, mas, sobretudo, a possibilidade de produção, reprodução e qualificação de mão-de-obra capazes de incorporar novos recursos, técnicas produtivas e de absorver as condições necessárias para o aumento da produtividade.

Nesse momento, a escola deveria atuar diretamente no processo de acumulação de capital, na medida em que, através de sua ação educacional, amplia-se a produção das condições de reprodução do mesmo, possuindo, portanto o papel de garantir o aumento da produtividade.

Após a crise 61-63, o Estado, amparado pela burocracia militar e dirigido pela burocracia estatal e empresarial, age em nome dos interesses dos grupos dominantes do bloco no poder.

A política educacional, pós 64, procura-se definir no contexto do projeto de desenvolvimento econômico e social, devendo a atividade educacional encontrar aí a definição de suas funções, estabelecer seus objetivos, métodos e estratégias. Nesse momento a educação vincula-se a funções requeridas pelas facções dominantes do processo econômico e social.

Durante os anos 70, promoveu-se uma descentralização no nível Federal, em que o ensino fundamental foi municipalizado, sobretudo nos estados mais pobres do país, criando uma dualização de redes, ou seja, a estatal e a municipal. Entretanto, a alocação de recursos do governo federal para os estados e municípios, que deveria ter o papel de compensar diferenças, passou a ser feito sem definição de metas e com forte influência do clientelismo político.

No final dessa mesma década, as políticas educacionais estavam voltadas, principalmente, para a expansão do atendimento, demandando para seu planejamento várias informações sobre a localização da população não escolarizada e a distribuição da

oferta de vagas. As ações desse tipo de política consistiam, em sua maioria, na construção ou ampliação de prédios escolares.

Nos anos 80, buscando superar problemas ocasionados pelo longo ciclo de desenvolvimento do pós-guerra, o Ministério da Educação e Cultura – MEC propôs e implementou diversos programas e projetos, destacando-se, entre eles, o EDURURAL e o MONHANGARA, ambos financiados por empréstimos do Banco Mundial – BIRD, que possuíam em comum, uma forte preocupação com avaliação, tanto do programa, quanto do seu impacto nos sistemas de ensino.

No decorrer desse século, estabeleceram-se mecanismos de financiamento direto do governo federal às prefeituras, este mecanismo acabava ignorando o papel dos governos estaduais como instâncias formuladoras e coordenadoras de políticas. Com isso, as secretarias estaduais ficaram debilitadas e o que contribuiu para suscitar resistências para um processo de municipalização ordenado.

Contudo, as políticas de expansão quantitativa e extensão da escolaridade obrigatória adotadas nas décadas de 70 e 80, ampliaram o acesso à escola, com base no princípio da democratização das oportunidades, mas não se preocuparam em responder às questões de qualidade do ensino que já emergiam em nosso país.

Sendo assim, a sistemática de financiamento efetuada provocou uma enorme desigualdade, que atualmente afeta, sobretudo, os alunos das redes municipais de ensino. Por conseguinte, a municipalização do ensino fundamental no Brasil acabou seguindo a lógica perversa de deixar que os municípios mais frágeis arcassem com encargos educacionais que não podiam cumprir na quantidade necessária e na qualidade desejada. Isso contribuiu para o acentuamento das desigualdades educacionais e é somente no início dos anos 90 que alguns estados passaram a promover um novo tipo de transferência do ensino fundamental para os municípios de modo ordenado e negociado.

Logo, no Brasil, os problemas de má qualidade do ensino e do baixo desempenho dos estabelecimentos escolares públicos têm levado a educação a reforçar as desigualdades sociais. Quando na verdade, ela deveria ser o requisito tanto, para o pleno exercício da cidadania, como para o desempenho de atividades cotidianas, contribuindo para a inserção qualificada no mercado de trabalho, o qual está cada vez mais concorrido e exigente, além de ser o elemento essencial para tornar a sociedade mais justa, solidária e integrada.

No entanto, as desigualdades existentes no sistema educacional já não ocorrem tanto entre os que têm acesso à educação e os que dela são excluídos, mas principalmente pela segmentação interna desse sistema. Tal fato ocorre devido, à divisão de oferta entre um ensino minoritário, de alta qualidade para uma elite, e um ensino, sem qualidade alguma para a grande maioria que tem simplesmente acesso a uma vaga e nela permanece por vários anos, não sendo atendidas suas necessidades de aprendizagem.

Com isso, essa grande maioria, que tem acesso a um ensino desqualificado, concluem ou abandonam a escola com uma formação muito aquém do ponto de vista cognitivo (referente ao domínio de conhecimentos, de habilidades de compreensão de idéias e de valores), que está a séculos de distância das necessidades de que a revolução tecnológica e o exercício da cidadania moderna estão apresentando à educação.

Outro fato significativo está na universalização do acesso ao ensino fundamental, no crescimento consistente das taxas de matrículas, no aumento da escolaridade média do brasileiro; na queda do analfabetismo e da mortalidade infantil, mostrando-nos uma série de indicadores que permitiria afirmar o avanço nesta área em nosso país.

Entretanto, não basta apenas ter vagas suficientes para a universalização do ensino fundamental, uma vez que precisamos dar qualidade a essas vagas, com intuito de que os

alunos realmente aprendam e se preparem para a inserção no mercado de trabalho, que ocorrerá no futuro.

Mas a precariedade da alfabetização, em nosso país, é uma realidade demonstrada não só na falta de letrados como no excesso de números negativos. O Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb) mostra que o desempenho dos estudantes da rede pública vem piorando. Por conseguinte, isso acarretará no futuro, trabalhadores sem qualificação e desempregados sem perspectivas sociais.

Por isso, a escola deve ser uma instituição capaz de refletir sobre a igualdade de oportunidades, para que todos os alunos se desenvolvam ao máximo, segundo suas potencialidades, habilidades e interesses, não se esquecendo de que os indivíduos são diferentes. Tendo como responsabilidade identificar essas diferenças, oferecendo a cada um as condições para o crescimento e realização, com intuito de que possam participar efetivamente da vida em sociedade e contribuir para o bem comum. Logo:

Se aceitamos o pressuposto de que é preciso preparar o conjunto da população para conviver com os avanços tecnológicos e incorporá-los, se concordamos que é urgente integrar a sociedade e diminuir a exclusão de ambos os setores de mercado de trabalho e de consumo, é para a escola básica que temos de voltar os olhos. Verificar a que distância o ensino aí oferecido se encontra desses objetivos estratégicos, é indispensável ao dimensionamento do esforço para reverter o quadro atual e colocá-lo em compasso com o novo padrão de desenvolvimento.⁵

Porém, um porcentual muito pequeno de projetos educacionais leva em conta o ponto de partida dos estudantes. Desse modo alguns largam na frente, pois são beneficiados pelas boas condições sociais; enquanto muitos, ao contrário, distanciam-se da educação em virtude de fatores internos à escola, pela precária condição econômica dos pais, o que restringe o acesso a produtos culturais como: internet, revistas, livros..., pela exposição à violência e a baixa auto-estima. De acordo com dados do IBGE, cerca de 60% da população brasileira tem renda familiar média de até cinco salários mínimos.

⁵ MELLO, Guiomar Namó. **Cidadania e competitividade**: desafios educacionais do terceiro milênio. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998. p.46.

Segundo o censo educacional de 2000, a média de estudo do brasileiro é de 5,7 anos, sendo assim, o brasileiro faz um grande esforço não só para ingressar na escola, mas, sobretudo para permanecer nela.

A Constituição de 1998, reforçada pelas orientações estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20.12.1996),

Atribui ao Ministério da Educação, como órgão da União, 'a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais' (LDB, artigo 8º, parágrafo primeiro).⁶

Sendo assim, cabe ao MEC, a tarefa de grande articulador de ações entre os diferentes atores, compartilhando um tipo de ação, com divisão de responsabilidades, repartição de recursos, busca permanente de consensos e um esforço permanente de identificação de espaços comuns onde a ação educativa possa ser maximizada em benefício de toda coletividade.

Todavia, o fracasso das sucessivas tentativas do governo federal em superar essa deficiência pode apenas estar começando, principalmente em virtude das carências estruturais típicas de um cenário de subdesenvolvimento, em que a dificuldade pode estar na adequação do método de ensino à realidade socioeconômica do país.

Pois ultimamente, o construtivismo⁷, que era considerado aquilo de mais moderno e eficaz entre as teorias de ensino, passou a ser criticado, por se tratar de um método que leva em consideração a bagagem cultural adquirida pela criança antes de ingressar na escola. Sendo assim, muitos dos que pregam a concepção construtivista ignoram que os estudantes mirins herdaram dos pais uma história de defasagem educacional; condenando crianças de classes menos favorecidas ao fracasso escolar.

⁶ALTA VISTA: banco de dados. Disponível em: <<http://www.ufop.br/graduação/idbtext.html>> acesso em: 27 out. 2002.

⁷**Construtivismo** – Concepção que se apóia no conhecimento adquirido pelo aluno antes de ingressar na escola. O texto escrito é à base do programa de alfabetização. A criança é incentivada a ler desde o começo e a reconhecer palavras que fazem parte do seu cotidiano. Não está associada a outras técnicas de ensino. GIL, Patrícia; KAMINSKI, Kristhian. Questão de Método. **Educação**, São Paulo, ano28, n. 244, p.48-56, ago. 2002. p.54.

Dessa forma, o Estado tem se mostrado incapaz ou negligente para criar condições de superação dessas faltas e estimular adequadamente crianças e adolescentes carentes.

Além de continuarmos tendo uma educação obrigatória, cuja identidade se encontra diluída, ora como simples política de proteção social numa perspectiva assistencialista, ora apenas como processo de formação de consciência uma perspectiva ideologizante, ora como uma vaga preparação para a vida, sem objetivar o que seria essa preparação.

Para tanto, deve-se pensar em criar institucionalmente como alternativa, em nível federal, estadual e municipal, por meio dos Conselhos de Educação⁸, os agentes comunitários da educação, preparando-os para que possam diagnosticar as situações vivenciadas por cada aluno dentro dos núcleos familiares, proporcionando assim a possibilidade concreta de elaboração de planos e metodologias, que venham superar os desníveis detectados no processo de aprendizagem e/ou construção do conhecimento, identificando competências que estimulem as habilidades inerentes a cada ser.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), também prevê a existência de Conselhos Tutelares de Menores, os quais visam proteger e assistir crianças e adolescentes, seja quanto a sua vida social, ou quanto o seu direito de estar na escola.

Contudo, todos os conselhos almejam garantir o acesso e a permanência de todas as crianças, adolescentes, jovens e adultos em escolas de qualidade. Sendo assim, a educação escolar por ser um serviço público e de finalidade universal, deve ser gerida a fim de que a igualdade perante a lei, a igualdade de condições e de oportunidades tenham vigência para todos, sem distinção.

Segundo a autora, deve-se também focalizar a função da escola no ensino fazendo da gestão pedagógica o eixo central da organização do processo educativo, da

⁸**Conselhos de Educação** – Devem ser elos de ligação entre o Estado e a Sociedade, onde sua função burocrática de subordinar-se ao papel articulador dos resultantes de sua competência como órgão colegiado e normativo. Cf. FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Org.). **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000. p. 53.

administração central até a unidade escolar. Entendo-o como processo de satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, neste caso, o ensino refere-se tanto à instrução, através do domínio de códigos e conteúdos, como à aquisição de habilidades cognitivas de resolver problemas, de fazer escolhas, de aprender...

Entretanto, para colocar em prática essas prioridades e conseguirmos enfrentar as dificuldades apresentadas, visando à consolidação de qualquer sistemática de avaliação educacional, devemos, segundo Rico⁹, adquirir princípios e requisitos que representam o verdadeiro desafio. São eles:

- **Visibilidade Social:** princípio ético que reconhece a educação como direito do ser humano e a escola como um bem público, destinado ao cidadão e financiado pela sociedade, que merece, portanto, prestação de contas. A avaliação deve procurar identificar e apresentar para gestores, administradores, professores, pais, alunos e sociedade em geral resultados e produtos obtidos, sinalizando os caminhos que ainda devem ser percorridos.
- **Responsabilidade Compartilhada:** sendo muitos os atores sociais que se incorporam ao processo educativo (poder público federal, estadual e municipal, administradores, diretores, professores, alunos, pais, comunidade, instituições de formação dos profissionais da educação), a avaliação deve procurar identificar a parcela de contribuição de cada segmento envolvido na obtenção dos resultados educacionais, o que induz ao comprometimento com a busca e com a implementação de ações corretivas e de constante aperfeiçoamento. Esse princípio aplicado no âmbito do MEC propicia a integração de todas as suas secretarias e setores.
- **Legitimidade:** a sistemática de avaliação deve consubstanciar-se em uma apresentação clara das regras estabelecidas, no rigor metodológico, na análise

⁹ RICO, Elizabeth Mello (Org.). **Avaliação de políticas sociais:** uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1998. p. 61-62.

crítica e consciente, que leva a diagnósticos válidos e confiáveis, evitando conclusões superficiais. Também deve estabelecer um compromisso com a utilização dos resultados para reformulação de políticas, programas e projetos educacionais.

- **Continuidade:** o sistema deve repetir-se em novos ciclos de aplicação, com instrumental sempre aperfeiçoado, que possibilite o acompanhamento da evolução dos vários segmentos do sistema escolar e os virtuais impactos de medidas corretivas, inovadoras e de melhoria que venham a ser adotadas pelos diversos níveis de governo e pelos responsáveis pela gestão das unidades escolares. Em consequência, será possível desenhar, com maior acuidade, as políticas de extensão e de recuperação das redes escolares, de capacitação de docentes, diretores e técnicos de educação, de melhoria das condições de gestão das escolas, de suprimento de meios e materiais didático-pedagógicos e de extensão do uso de novas tecnologias educacionais.
- **Qualidade:** medida do rendimento (resultado) obtido pelo aluno, expresso em termos de aprendizagem, competências ou habilidades adquiridas.
- **Eqüidade:** comparação entre o resultado obtido pelo aluno, em termos de aprendizagem, competências ou habilidades, consideradas também as características (insumos/contexto/processos) da escola em que o ensino é ministrado e sua distribuição nas diversas regiões redes de ensino.
- **Eficiência:** comparação do resultado da relação entre a qualidade (rendimento dos alunos) e os insumos, o contexto e os processos que a escola utiliza para obtê-la.

Com isso, planejar e avaliar torna-se extremamente necessário, pois as instituições públicas de maneira geral, não sabem precisamente onde estão, outras não sabem onde

querem ou devem chegar, e quase todas não sabem de que alternativas dispõem para sair de onde estão e alcançar o objetivo pretendido.

Portanto, enquanto os governos federal e estadual acreditarem que o fornecimento de equipamentos ou de recursos financeiros e a adoção de classes superlotadas ou a manutenção da política de desvalorização gradual dos docentes bastam para tirar a educação nacional do caos em que se encontra, estarão distanciando-se dos objetivos teoricamente almejados, daqueles para os quais são designados, não conseguindo transformações sociais e econômicas capazes de elevar os padrões humanitários.

2.3 Alguns reflexos da pobreza sobre a questão da educação

No decorrer das últimas décadas, enquanto a miséria se mantinha mais ou menos nos mesmos índices, todos os indicadores sociais brasileiros melhoraram.

Há mais crianças em idade escolar freqüentando aulas atualmente do que em qualquer outro período de nossa história. As taxas de analfabetismo e mortalidade infantil também são as menores desde que se passou a registrá-las nacionalmente.

Desse modo, o Brasil vem firmando uma inconsistente liderança política regional na América Latina e tem se tornado um forte oponente das injustiças políticas de comércio dos países ricos. Apesar desses avanços, a miséria existe (Revista Veja 23 de Janeiro). Mas até que ponto isto nos incomoda? O que exatamente quer dizer “miséria”, “pobreza ou indigência”? Que conseqüências sofreram uma família exposta a essa situação, frente aos ciclos de mudanças na esfera da produção, ocorridos no Brasil, neste século até os dias atuais, com o fenômeno da globalização? E a valorização do campo educacional face a esse fenômeno?

Apesar de o Brasil ser um país de dimensões continentais cujos governantes gostam de exhibir estatísticas que o colocam na rota do Primeiro Mundo, despreza índices que o confinam à periferia do subdesenvolvimento.

Somos a décima economia do planeta no ranking da desigualdade social; possuindo universidades de ponta e escolas sem luz ou telhado.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão governamental, dois terços da população brasileira, ou 111 milhões de pessoas sobrevivem com uma renda familiar mensal de até dois salários mínimos. Outros 20% da população atravessam o mês com menos de meio salário mínimo, enquanto 1% dos brasileiros (1,6 milhão de pessoas) concentra em suas mãos fortuna equivalente ao rendimento dos 50% mais pobres, ou 83 milhões de pessoas.

Os mapas da fome e, mais recentemente os Mapas da Criança, elaborados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), quantificaram pessoas e famílias pobres e indigentes no Brasil: 32 milhões de pessoas e 9 milhões de famílias – um vastíssimo contingente cujas rendas mensais mal lhes bastam para adquirir uma cesta básica de alimentos, capaz de satisfazer suas necessidades nutricionais (IPEA, 1993, p. 5).

Talvez a informação mais chocante, ainda que sábia, diz respeito à concentração de crianças e adolescentes entre as famílias pobres e indigentes.

Quinze milhões de crianças e adolescentes – um quarto da população infante – juvenil – pertencem a famílias indigentes [...] População pobre e indigente cuja metade localiza-se nas cidades (Nordeste e Regiões Metropolitanas). A outra metade, sendo rural e localizam – se majoritariamente nas regiões de menor desenvolvimento econômico do país – Norte, Centro – Oeste e Nordeste. Enquanto que, no Sul e no Sudeste, as probabilidades de ser pobre são respectivamente de 22,0 e 28,0%, no Nordeste e no Norte/ Centro – Oeste são de 54,0 e 44,0%.¹⁰

Além dessa “concentração regional de precariedades” concentrar maior número de domicílios pobres, concentra também desfavoráveis condições etárias, particularmente em

¹⁰ KALoustian, Sílvio Manoug (Org.). **Família brasileira a base de tudo**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 118.

relação às crianças. Examinando ainda esses domicílios, as características das pessoas e principalmente a dos seus chefes, de acordo com o autor Lopes¹¹ são:

- A estrutura sexo/ idade desfavorável – nos domicílios pobres há um maior número de pessoas em idade não produtiva (entre zero a dezessete anos e de sessenta anos em diante) em relação àquelas em idade ainda produtiva, sobrecarregando quem trabalha. Por exemplo, mulheres chefes de lar;
- A baixa capacitação de seus membros - chefes de domicílios indigentes e pobres; indivíduos que são analfabetos ou que têm uma base escolar muito precária;
- A alta proporção de ocupações agrícolas entre os chefes pobres que vivem nas zonas urbanas das regiões mais desenvolvidas;
- A precariedade do emprego e o desemprego – um em cada dois chefes pobres, que são empregados, não têm carteira assinada; contra uma alta proporção de desempregados urbanos.

Quando se calcula apenas a fatia rural da miséria, o Nordeste representa mais de 70% do contingente. Essas são aquelas pessoas que aparecem nas reportagens de TV sobre a seca mostrando o pratinho de feijão que restou na despensa. Os Estados mais pobres do país, em termos proporcionais, em recente pesquisa feita pelo governo, são Alagoas, Ceará, Maranhão e Piauí. Os mais bem posicionados são Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

A principal diferença entre estar abaixo da linha de pobreza ou não, é poder ou não continuar trabalhando, conseguir emprego ou não depois de aposentado, sendo esta possibilidade menor para os pobres.

¹¹KALOUSTIAN, 2000. p.120.

Em geral, cada um percebe a miséria por sua experiência pessoal – diz Mollie Orshansky. “A pobreza tal qual a beleza está nos olhos de quem a vê”¹². Para efeitos estatísticos, estudiosos chegaram a uma definição sobre o que são pobreza e miséria.

A primeira definição de pobreza - inserem as pessoas cuja renda não é suficiente para cobrir os custos mínimos com a manutenção da vida humana: alimentação, moradia, transporte e vestuário (isto num cenário em que educação e saúde são fornecidas de graça pelo governo). Outra é a miséria (ou indigência) – que determina quem não consegue ganhar o bastante para garantir esta que é a mais básica das necessidades: a alimentação. A questão da miséria no Brasil tem componentes ainda mais perversos que a simples escassez de recursos e, por isso, abrange dois grandes paradoxos.

O primeiro deles é que no Brasil da miséria, há comida sobrando. O segundo paradoxo é que nunca se gastou tanto dinheiro na área social, e mesmo assim, a situação não melhora. Graças ao Programa de Renda Mínima, à Comunidade Solidária e ao chamado terceiro setor, a assistência social vive um momento único, um exército de voluntários ajuda a tornar menos sofrida a vida de doentes, menores e idosos abandonados e os miseráveis. Para se pensar numa política de proteção às famílias pobres, possivelmente, o melhor caminho é o que, teoricamente, mede aquele núcleo da renda familiar comum abaixo do qual, não apenas se satisfazem as necessidades básicas dos seus membros, como naufragam as estratégias de sobrevivência.

Programas de renda familiar mínima não significam, necessariamente, a supressão de todos os programas sociais públicos, nem são aqui apresentados e justificados como seus melhores substitutos. O fundamental parece ser o adicional de renda a famílias que se encontram abaixo da linha de pobreza, que além da insuficiência de renda não têm suas necessidades mais vitais satisfeitas.

¹² MENDONÇA, Ricardo. As faces da miséria brasileira. **Veja**, São Paulo, ano 35, n. 3, p.82-93, jan. 2002. p. 91.

Sendo assim, não se trata de suprimir a escola pública, a rede pública de saúde e nem mesmo a merenda escolar ou o programa de leite para crianças desnutridas, e sim de reforçar essa renda das famílias, seja para garantir a alimentação básica, seja para ter acesso aos equipamentos sociais básicos, ou seja, para ampliar e manter sob seus cuidados os idosos ou familiares incapazes. Ao invés de opor formas de distribuição de rendas, enfatiza-se a importância de reforçar a renda das famílias pobres.

Em geral, políticas compensatórias, como as cestas básicas ou a renda mínima, são boas para aliviar os efeitos da pobreza, mas ineficazes na solução do problema.

Dessa forma, compomos um cenário de uma nação ainda em construção, em que crianças e jovens menos favorecidos têm de lutar com mais dificuldades para exercer o direito constitucional de freqüentar uma sala de aula, de viver digna e decentemente, já que seus pais são menos escolarizados e possuem um nível socioeconômico baixo. Mas quais são as soluções corretas? Há duas questões que surgem como essenciais. A primeira é a estabilidade econômica e a segunda é a educação. A renda de cada um dos brasileiros é diretamente relacionada com seu grau de escolaridade. A importância dessa relação foi muitas vezes minimizada ao longo da história do país.

Segundo a frase do economista Ricardo Paes de Barros “o mercado de trabalho não cria nenhuma desigualdade, mas apenas expressa uma desigualdade anterior”¹³. Que desigualdade? A educacional. A pobreza é uma medida absoluta. A distribuição é uma medida relativa. O Brasil tem muitos pobres e, ao mesmo tempo, uma distribuição injusta. A educação ajuda a atacar os dois problemas. Uma sociedade com maior escolaridade possibilita mais crescimento, mais renda e menos pobreza, ao mesmo tempo, possibilita também redução na desigualdade, pois torna menos escasso o trabalho qualificado. Se a educação é algo tão importante no combate à pobreza, por que então não resolver de vez esse problema?

¹³ BARROS, Ricardo Paes de. As faces da miséria brasileira. **Veja**, São Paulo, ano 35, n. 3, p.82-93, jan. 2002. p. 91.

As crianças e adolescentes pobres trabalham, ou trabalham e estudam, mas nem sempre conciliam essas atividades, tendendo a permanecer pouco ou quase nada qualificados. O trabalho destes vem de há muito tempo.

Segundo o IBGE, nos anos 80, 55,0% dos adolescentes pobres tinham de trabalhar; em 1988, crianças e adolescentes filhos de famílias pobres contribuía com 30,0% do orçamento familiar. Trabalhavam, e em geral, eram mal empregados; sem carteira assinada e ganhando apenas um salário mínimo. Em 1990, 14,2% das crianças entre dez e quatorze anos eram economicamente ativas, e 46,1% dos jovens entre quatorze e dezessete trabalhavam. Entre todos os menores de dez a quatorze anos, 10,0% trabalhavam e estudavam, 7,5% só trabalhavam, 5,1% trabalhavam em afazeres domésticos e 3,1% não se enquadravam em nenhuma dessas situações (IBGE).¹⁴

Segundo Kaloustian¹⁵, deixar a escola para trabalhar; permanecer, mas repetir o ano escolar; sair e voltar da escola segundo as maiores ou menores pressões para trabalhar – esse é o ciclo repetitivo da relação trabalho/escola das crianças pobres, isto é, da metade da população indigente brasileira. O que justificaria programas sociais e de combate à pobreza começarem por aqueles que são especialmente afetados, isto é, pelas crianças e adolescentes, rompendo assim com a lógica da exclusão.

2.4 Evasão escolar e repetência

A evasão e a repetência continuam sendo graves problemas para o Brasil. Apesar da quase universalização do acesso ao ensino fundamental, provida nos últimos anos. Está claro que não basta colocar a criança na escola, é preciso mantê-la, o que implica uma série de medidas socioeconômicas.

A maioria dos especialistas em educação concorda que a solução não se limita apenas em aumentar o número de vagas nas escolas públicas. Problemas sociais como pobreza, trabalho infantil, desemprego, falta de qualidade no ensino, desqualificação de docentes e muitos outros precisam ser combatidos.

¹⁴ KALOUSTIAN, 2000. p. 121.

¹⁵ KALOUSTIAN, loc.cit.

Sendo assim, vencer a barreira da evasão escolar e da repetência têm sido atualmente a prioridade educacional mais desafiadora posta à sociedade e ao poder público. O fracasso escolar, nos níveis em que acontece na escola fundamental brasileira, apresenta-se como sendo inaceitável do ponto de vista social, improdutivo do ponto de vista econômico e humanamente imoral, além de ser inexplicável do ponto de vista pedagógico.

Do ensino básico ao superior, os índices de evasão e repetência são piores que nos países mais pobres da América Latina. Com 50% de repetência, nas primeiras séries do ensino fundamental, somos quase os campeões da América Latina, perdendo apenas para a República Dominicana e a Nicarágua. O brasileiro adulto, em média, tem menos de seis anos de estudo, menos que panamenhos, equatorianos, colombianos e salvadorenses.

Em 1989, estavam fora da escola 16% das crianças de 7 a 14 anos. Uma década depois, esse índice caiu para 4%. No período de 1995 a 1999, o contingente de brasileiros que completaram, pelo menos o segundo grau e 11 anos ou mais de escola, cresceu de 14% para 19%. No ensino médio, houve uma explosão de matrículas: 57% entre 1994 e 1999. Em 1992, tínhamos na escola apenas 71% das crianças na faixa dos 20% mais pobres, contra 97% das crianças ricas. Sete anos depois, 93% mais pobres frequentam a escola contra 99% das ricas.

A diferença na escolarização entre ricos e pobres caiu de 26 pontos percentuais para apenas seis pontos. No caso de jovens de 14 a 17 anos, os dados também são animadores: em 1992, menos da metade dos adolescentes pobres frequentava a escola, contra 80% dos mais ricos. Em 1999, quase 70% dos adolescentes pobres estavam na sala de aula.

Dessa forma, esses resultados para o ministro não são frutos do acaso, pois financiados pelo MEC, por ONGs ou pelo Banco Mundial, vários programas de apoio à alfabetização e de combate à repetência e evasão escolares têm assegurado a milhares de brasileiros o direito a uma melhor qualidade de vida.

Entretanto, ao mesmo tempo em que o Brasil se destacou como o país em desenvolvimento que mais avançou na garantia de acesso à escola, as taxas de repetência e evasão são muito preocupantes, pois 44% dos alunos brasileiros repetem a primeira série, um dos índices mais altos do mundo. Isso significa de cada geração matriculada na primeira série, apenas 2,5% concluem o ensino fundamental sem nenhum acidente de percurso.

Reverter esse quadro de repetência e conseqüentemente diminuir a evasão escolar é condição para regularizar o fluxo escolar e reorganizar o sistema de ensino como um todo do pré-escolar ao superior.

Para isso, é necessário empenhar esforços numa profunda reformulação na forma de organizar e seqüenciar o percurso escolar, na definição de objetivos de aprendizagem, que levem em conta as condições peculiares de regiões e escolas, nos procedimentos para diagnosticar diferentes pontos de partida e aferir progressos de escolas e alunos, além de realizar medições referenciadas em normas nacionais ou estaduais.

Entretanto, segundo Mello¹⁶ qualquer que seja a alternativa legal e institucional que venha a ser adotada, será imprescindível realizar um trabalho permanente de mudança interna na organização das escolas e construir com elas conhecimentos e capacidade de gestão que permitam:

- Entender o significado e o conteúdo do fracasso escolar em diferentes contextos socioculturais e econômicos, na medida em que ele ocorre em praticamente todo o sistema público dos diferentes estados, ainda que em taxas mais altas entre os setores menos favorecidos;

¹⁶ MELLO, Guiomar Namó. **Cidadania e competitividade**: desafios educacionais do terceiro milênio. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998. p. 74-76.

- Aprender essa “cultura da repetência”, herança que talvez alguns países da América Latina, como o Brasil, tenham recebido da tradição francesa, mas que em nossos contextos sociais nada tem a ver com a cultura da excelência. Buscar soluções que, indo além dos aspectos formais, atuem sobre os fatores primordiais envolvidos no problema;
- Adquirir capacidade metodológica e técnica para assistir as escolas no estabelecimento de diagnósticos mais cuidadosos dos alunos e na definição de resultados possíveis para a população escolar, que está hoje matriculada no sistema, garantindo mínimos aceitáveis de qualidade;
- Articular ações de curto e médio prazo que conduzam, a partir dos mínimos estabelecidos, a uma regularização do fluxo escolar, da forma mais imediata possível, o que, no melhor dos casos, levará não menos de uma década;
- Promover os ajustes necessários para elevar os padrões de qualidade na medida em que as taxas de repetência diminuam e o fluxo escolar se adeqüe às faixas etárias previstas;
- Utilizar os diagnósticos e avaliações periódicas para implementar políticas de assistência técnica e suporte financeiro visando corrigir desigualdades entre escolas e regiões, avaliando, também os resultados alcançados quanto à diminuição do fracasso escolar;
- Estimular investigações que contribuam para uma compreensão mais completa e profunda das condições em que a repetência é produzida no dia-a-dia da escola e das características de aprendizagem das crianças e jovens que constituem a grande massa de repetentes. Isso, no sentido de definir que tipo de organização das condições de ensino poderia propiciar, para esses alunos, uma experiência escolar de êxito.

Por isso, a capacidade de avaliar resultados e compensar desigualdades, é fundamental para a ação do Estado, enquanto poder nacional ou central, devendo também estar presente na escola. Sendo assim, a urgência e a complexidade do problema do fracasso escolar exige um planejamento cuidadoso de ação, evitando-se soluções imediatas.

Pois a improvisação, a somatória permanente de capacitação das escolas e fornecimento dos insumos básicos para seu funcionamento têm retardado a solução do problema de repetência no Brasil.

Para tanto, “Não basta apenas colocar uma criança na sala de aula, é preciso garantir que ela saia da escola pronta para ler e escrever o mundo”.¹⁷ Caso contrário, as crianças e os jovens brasileiros estarão fadados à evasão e à repetência escolar; ferindo assim, um dos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

2.5. Estatuto da criança e do adolescente – ECA e o direito a educação

O Estatuto da Criança e do adolescente possui legitimidade política porque nasceu como decisão do povo brasileiro. Decisão que coloca a criança e o adolescente como prioridade absoluta para a nação.

Sendo assim, passaram a ser entendidas como pessoas humanas em condição peculiar de desenvolvimento, tendo afirmados seus direitos: à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao lazer e à profissionalização, à dignidade, ao respeito e à liberdade, além de colocá-las a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão; apontando também as responsabilidades: da família, da sociedade e do Estado.

¹⁷ POR uma polêmica. **Educação**, São Paulo, ano 28, n. 244, ago. 2001. p.11.

Para tanto, após doze anos de sua implantação, mesmo apresentando uma grande distância entre a lei e a realidade, o Estatuto da Criança e do Adolescente vem exercendo uma influência positiva para a melhor formação da nossa juventude, contribuindo para que as crianças sejam mantidas nas escolas durante um tempo maior e com a proibição do trabalho infantil.¹⁸ Entretanto, profissionais da área social ainda detectam e denunciam situações terríveis como: as de milhares de crianças e de adolescentes que trabalham quase que como escravos em lavouras e carvoarias, além de serem explorados em empregos na economia informal.

Por conseguinte, esses meninos encontram-se em desvantagens em relação aos que não trabalham, pois adquirem, como conseqüência, um nível de escolaridade bem inferior.

O direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer é garantido pelo ECA, colocando a educação em primeiro lugar, sendo que o art.205 da CF, “assegura o acesso de todos, sendo dever do Estado e da família, promover sua distribuição e implementação, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, a seu preparo para a vida, no o exercício da cidadania e à sua qualificação profissional”¹⁹. O art.53 do ECA reproduz a citação acima e corporifica a intenção da Declaração Universal dos direitos da Criança e do Adolescente, disposto no 7º princípio.²⁰

Quanto ao direito da criança e do adolescente em relação à educação que está explícito no art.53. do ECA, é assegurada a igualdade de condições para acesso e permanência na escola, o direito de ser respeitado por seus educadores, de contestar critérios avaliativos, de organizar entidades estudantis e participar delas e de ter acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

¹⁸ A Segunda parte do 9º princípio da Declaração Universal dos Direitos da Criança dispõe que: “... Não será permitido à criança empregar-se antes da idade mínima conveniente; de nenhuma forma será levada a ou ser-lhe-à permitido empenhar-se em qualquer ocupação ou emprego que lhe prejudique a saúde ou a educação ou que interfira em seu desenvolvimento físico, mental ou moral”. Cf. LIBERATI, Wilson Donizeti. **Comentários ao estatuto da criança e do adolescente**. 3.ed. São Paulo: Malheiros, 1995. p. 40.

¹⁹ Ibid., 1995. p.37

²⁰ 7º Princípio “a criança terá direito a receber educação, que será gratuita e compulsória, pelo menos no grau primário. Ser-lhe-á propiciada educação capaz de promover a sua cultura geral e capacitá-la a, em condições de iguais oportunidades, desenvolver as suas aptidões, sua capacidade de emitir juízo e seu senso de responsabilidade moral e social, e a tornar-se em membro útil da sociedade...”. Cf . LIBERATI, loc. cit.

Sendo assim, nesses doze anos de existência do ECA, ocorreram avanços significativos no que se refere aos direitos da criança e do adolescente e que contribuem com a educação²¹. São eles:

- O combate ao trabalho infantil;
- A universalização do direito à educação com a diminuição dos índices de criança e adolescentes fora da escola;
- A redução das taxas de mortalidade infantil;
- O envolvimento dos novos atores sociais na promoção da infância;
- A criação e instalação dos Conselhos dos Direitos, Tutelares, Fóruns DCAs, Centros de Defesa e gerenciamento de recursos através dos Fundos dos Direitos, passando a ser utilizado como instrumento por diversos profissionais como: Assistentes Sociais, Juízes, Promotores, Conselheiros Tutelares...

Entretanto, há pontos que precisam de uma atenção maior, como:²²

- O combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes;
- Os dados ainda distantes, do referencial tolerável para mortalidade infantil;
- Os índices ainda insustentáveis do analfabetismo, da repetência e evasão escolar, da melhoria da qualidade do ensino;

²¹ PASTORAL DO MENOR AMENCAR. **Estatuto da criança e do adolescente 10 Anos**: Cidadania Presente. Caxias do sul, 2000. p.15.

²²Ibid., p. 15-16.

- O acesso gratuito a uma rede qualificada de saúde;
- A redução total dos índices de exploração do trabalho infantil;
- A criação de programas e áreas de lazer que se contraponham ao mundo das drogas ou da falta de perspectivas;
- A implantação dos Conselhos dos Direitos e Tutelares em todos os municípios brasileiros;
- A disponibilização de recursos públicos, garantidos e executados em orçamentos de acordo com o princípio constitucional da prioridade absoluta...

Portanto, ainda existe muito a ser feito em prol de nossos jovens, com intuito de que eles venham a alcançar a felicidade e que possam, futuramente, dispor de oportunidades, independentemente de sua condição socioeconômica.

3 A AÇÃO COMPLEMENTAR À ESCOLA E O TRABALHO SOCIAL NO CAMPO EDUCACIONAL

O presente capítulo tem como objetivo ilustrar algumas ações do trabalho desenvolvidas na área educacional. Tais ações se manifestam através da Ação Complementar à Escola, enfatizando seus objetivos, suas características e suas diversas articulações com: a família, a comunidade, a escola, e os poderes públicos, de forma geral, formando um tripé estratégico, que busca assegurar o desenvolvimento integral e a

socialização de crianças e adolescentes da faixa etária de 07 a 14 anos em período alternativo à escola.

3.1 A ação complementar à escola

Constitui Programa Complementar à Escola aquele que realiza atividades voltadas ao desenvolvimento integral e à socialização de crianças e adolescentes da faixa etária de 07 a 14 anos em período alternativo à escola.

As ações complementares são um instrumento fundamental de promoção da equidade e da igualdade social, pois permitem às crianças e aos adolescentes terem várias oportunidades de realizarem seu processo de formação de modo distinto e equilibrado. Os programas devem favorecer essa diversidade, constituindo-se num âmbito e numa ação que realizem o direito de ser criança e adolescente. Além de permitir a construção da cidadania através da experiência de vida, dos aprendizados, dos conflitos e das alegrias em diversos momentos do programa.

No Estado de São Paulo, os Programas Complementares são de iniciativa da Assistência Social, em conjunto com a sociedade civil e articulados com a educação. Tradicionalmente, destinam-se à parcela da população infanto-juvenil despossuídos economicamente. Aí além de outras expectativas, é necessário um empenho maior para superar as marcas que a subalternidade já deixou em alguns deles; é necessário também não cair na tentação de enxergá-los como seres vitimizados, com uma postura que parece protetora, mas que oculta preconceitos de quem inconscientemente nega acreditar realmente no potencial dessas crianças e adolescentes.

Os objetivos dos Programas Complementares devem estar voltados à cultura, aos interesses, aos limites, às potencialidades, às capacidades e à demanda de cada grupo onde a ação se desencadeará.

Os referidos objetivos traçados são baseados no acúmulo de experiências na área da Assistência Social, podendo ser alterados, conforme a realidade local. Também, proporcionam o enriquecimento do universo de informações culturais, sociais e lúdicos de crianças e adolescentes, através de projetos que consideram a:

- orientação de estudos que visa estimular a criança e o adolescente a concluir, adequadamente, a escolarização básica do ensino fundamental;
- atividades que propiciam o domínio da comunicação coloquial, eletrônica e burocrática;
- desenvolvimento de habilidades para a vida, facilitando o domínio do cotidiano nas relações familiares e comunitárias;
- atividades artísticas em diversas linguagens, que propiciem a socialização;
- educação Física e práticas desportiva que favoreçam o autoconhecimento corporal, a convivência grupal e o acesso ao lúdico;
- promover a saúde, visando à prevenção de doenças e à melhoria na qualidade de vida, compreendida como bem-estar físico, mental e social;
- conhecimento e o respeito ao meio ambiente como forma de preservação do direito à vida com qualidade.

A flexibilidade e a diversificação das atividades devem estar de acordo com os inúmeros interesses e conteúdos possíveis e necessários a cada grupo etário. O programa deve incumbir-se de executar um planejamento detalhado e cuidadoso de cada projeto ou atividade.

Os programas devem assumir obrigações concernentes às atividades e aos objetivos que se dispõem a desenvolver em sintonia com: a família, a escola, a comunidade, a sociedade civil e os poderes públicos de forma geral, para que todos os direitos da criança possam ser adequadamente atendidos.²³

A complementaridade, com relação à escola, dá-se através do desenvolvimento de atividades que favoreçam o progresso do crescimento educacional, que proporcionem, não apenas o sucesso escolar, mas também aumente a bagagem de informações e vivências. Isso apoiado nos referenciais social, afetivo e intelectual, que o programa proporcionará, ou seja, não se trata de um programa compensatório ao insucesso do ensino fundamental da rede pública, mas sim um programa que busca assegurar a todo grupo infanto-juvenil o ingresso, a permanência e o sucesso escolar.

Os programas de ação complementar, além de possuírem sua finalidade própria, devem estar intrinsecamente articulados e integrados à escola fundamental, não tendo a pretensão de substituí-la.

Assim, a unidade da proposta de educação complementar encontra-se pautada na centralidade do sujeito-criança - adolescente. O empenho em proporcionar condições para o desenvolvimento de crianças e adolescentes deve estar instituído na promoção da equidade, dando a eles o direito de cidadão, com condições de acesso aos bens e à riqueza social em igualdade de condições.

Dessa forma, os programas complementares, ao abordarem a questão do letramento, principalmente nos aspectos que vão além do espaço escolar, agirão juntamente com a escola e com as demais instituições educacionais na construção social de uma “política da

²³ INSTITUTO DE ESTUDOS ESPECIAIS DA PUC. **Programa Brasil criança cidadã**. São Paulo, 1996. p. 20.

escrita”, partindo, com certeza fundamental, de toda e quaisquer política cultural e pública. Portanto, estarão cooperando decisivamente, não apenas para o sucesso escolar, mas também e talvez, especialmente para uma distribuição mais eqüitativa da “renda cultural” e nesse aspecto, para o processo de construção da cidadania.

A principal característica desses programas, no entanto, é que eles são complementares, isto é, buscam explicitar ou aprofundar o que a escola já está ensinando, tendo a atenção de não concorrer com ela ou substituí-la.²⁴

Demais, a metodologia adotada alterna momentos de atuação diretamente do educador num atendimento individualizado e interativo entre as crianças ou adolescentes. Diferentemente do que ocorre na escola, onde as crianças são agrupadas por série; o educador busca agregar crianças de diversos níveis, assegurando também a diversidade de sexo, raça, cor e religião, e também busca oferecer recursos materiais, que muitas vezes não fazem parte do cotidiano e da realidade dessa clientela, simplificando, não apenas seu desempenho nas tarefas escolares, como também, na ampliação e no aprofundamento acerca dos conhecimentos.

Igualmente, a complementaridade com relação à família, dá-se pela possibilidade do convívio social e estímulo do processo de construção da própria identidade pessoal e grupal em que novos vínculos de afetividade e de segurança vão se estabelecendo. Além disso, é necessário reconhecer que a ausência da família, no processo de educação de seus filhos, constituem um fenômeno crescente, não apenas das camadas populares em situação de pobreza.

Portanto, o programa não substitui a família nas suas funções essenciais, mas pactua como parceiras. Por outro lado, as famílias empobrecidas, necessitam, algumas

²⁴ UNICEF: **Guia de ações complementares à escola para crianças e adolescentes**. 1995. p.65

vezes, de amparos diversos, entendidos através de apoio psicossocial, acesso ao lúdico, complementação de renda, melhoria da qualidade de vida ambiental e atendimento às suas demandas de justiça.

Ainda, a complementariedade dos programas com relação às famílias, não significa o descarte da co-responsabilidade familiar, principalmente junto às famílias empobrecidas, visto que os programas devem trabalhar, visando à emancipação e à livre participação do grupo.

Assim, tais planos facilitam a articulação da família e da escola, com intuito de assegurar o desenvolvimento e a melhoria da participação em todos os aspectos para as crianças e adolescentes atendidos.

Essa integração ou articulação constitui uma nova sinergia nas relações dentro desse âmbito, redescobrimo na comunidade, os possíveis canais para realizar e efetivar os direitos, com intuito de construir novos projetos coletivos, pois as comunidades possuem um potencial produtivo de cooperação que necessita ser mobilizado. Por conseguinte, é necessário conhecer as redes de solidariedade, que a própria comunidade constrói para apoiar os seus, proporcionando uma troca mútua, interconectando estas redes de proteção e desenvolvimento do grupo infanto-juvenil e do grupo familiar.

Todas as comunidades possuem uma rede de serviços públicos que geralmente, são precários, principalmente nos bolsões de pobreza. É necessário, assim, introduzir insumos, motivações e melhorias concretas no padrão de atendimento ofertados pelos mesmos. As comunidades possuem demandas, por melhorias, portanto é necessário encontrar parceiros externos para assessorá-las, e priorizar estas demandas e necessidades envolvendo a participação de toda a comunidade.

Enfim, os acordos com a comunidade, geralmente, devem se traduzir também em facilidades e estímulos e participar ativamente no programa, contribuindo na melhoria da gestão e gozando dos recursos disponíveis.

Todo programa deve apoiar fortemente a comunidade, habitat dos meninos (as) que se quer amparar. Um programa, inserido na comunidade articula serviços, recursos e oportunidades no interior da própria comunidade, expandindo o desenvolvimento e a socialização.

3.2 Atividades desenvolvidas com a família, comunidade e escola

Como já foi dito, a família, a comunidade e a escola constituem um tripé estratégico, ancorada no processo de construção, bem como no desenvolvimento dos programas, visando a proteção integral e ao desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. Para concretizar-se essa ancoragem é necessário assegurar:

- uma comunicação empática e próxima a esses indivíduos;
- não somente buscar, mas também oferecer apoio na ação conjugada com esses indivíduos;
- mobilizar uma extensa rede de serviços e apoios intracomunitários na constituição e na realização de projetos comuns que proporcionem impactos concretos nos serviços e no cotidiano dos grupos comunitários.

3.3 A parceria com a família

A família é o primeiro espaço de referência, proteção e socialização dos indivíduos, independentemente das múltiplas formas e desenhos que se possa apresentar. A legislação brasileira deixa explícita a importância de assegurar à criança o direito à convivência familiar e comunitária.

Assim, um eficiente atendimento à criança e ao adolescente passa pela manutenção dos vínculos familiares e com os elos sócio-culturais oriundas da sua comunidade. Não é papel do Estado nem das outras instituições da sociedade civil substituir a família no atendimento à criança e ao adolescente: ao contrário, como aliados da família, devem contribuir para fortalecê-la e enriquecê-la.

Ao falarmos em família na sociedade brasileira atual, é muito importante entendermos as diferenças sócio-étnico-culturais presentes, bem como respeitar politicamente tais diferenças. As configurações familiares obedecem às mudanças de paradigmas sócio-culturais de cada época histórica, fato este que acarreta modificações em sua estrutura. Portanto, é necessário evitar paradigmas do tipo família “padrão” ou “regular”²⁵ X família “irregular” ou “desestruturada”²⁶, que acabam por exprimir ou produzir preconceitos, os quais, por sua vez, podem dificultar e até inviabilizar ações e programas com as crianças e com os adolescentes. Contudo, entender a família, em um aspecto pluralista, pode significar uma construção fundamentada na tolerância com as desigualdades, com o próximo.

Logo, as ações e programas que vêm obtendo sucesso no atendimento à criança e ao adolescente caracterizam-se pela interação regular com as famílias. Inicialmente, aliam-se a elas, com intuito de atrair as crianças, e posteriormente organizam sua participação sistemática nas atividades desenvolvidas. Finalmente, reaproximam a criança, a sua família. Não há dúvida, portanto, de que o olhar da família no acompanhamento da criança e do adolescente deve ser constantemente estimulado e valorizado, pois, a família é a principal aliada nas ações desenvolvidas nos programas.

Certamente, não é possível contribuir para o desenvolvimento integral do grupo infanto-juvenil se não conhecermos sua história de vida e seu contexto familiar. Na

²⁵ **Família Padrão ou Regular** – é baseada na família patriarcal, extensa de origem ibérica, quer então o modelo “higiênico” e moralista da família burguesa de inspiração vitoriana, foi introduzido no país a partir do processo de modernização que acompanhou a urbanização/industrialização nos primeiros anos deste século. Cf. KALOUSTIAN, 1994. p.27.

²⁶ **Família desestruturada**: é entendida por não contemplar o modelo ideal (pai, mãe e filhos). Cf. UNICEF, 1995, p.52.

realidade, a participação da família é também decisiva para o próprio conhecimento da realidade, sem o qual não é possível avançar um programa ou ação e obter êxito.

Com efeito, diversas são as possibilidades de atuar em harmonia com as famílias das crianças e adolescentes atendidos, iniciando pela conquista de sua confiança, passando pela partilha dos resultados alcançados no programa, por sua participação efetiva em decisões, até o envolvimento em trabalhos específicos destinados aos pais.

Partilhar com a família o trabalho realizado com as crianças e adolescentes, possibilita aos pais conhecerem como estas estão integrando-se durante as atividades desenvolvidas no programa: além de verificarem o que estão produzindo, como estão incorporando as novas aprendizagens, com quais dificuldades estão se deparando, como está o relacionamento com as outras crianças do grupo, como está nível de independência, etc.

As experiências acumuladas, nessa área, demonstram que as famílias não são envolvidas como um todo, ou seja, geralmente são as mães o principal alvo dos programas, a fim de engajar a família no processo de desenvolvimento dos filhos.

Essas mães, com uma dupla jornada de trabalho, desempenham um papel expressivo e central, ou seja, muitas vezes elas são as únicas responsáveis pela subsistência familiar. Isso ocorre mesmo quando o pai se encontra fisicamente no grupo familiar, uma vez que esta, ausente tanto do processo de educação dos filhos quanto da contribuição para a renda familiar.

Assim as mães se sentem sobrecarregadas com mais uma responsabilidade. Pensam, erroneamente, que os programas complementares devem “desocupá-las” dessa atividade para qual inclusive se sentem “incapazes”.

Além do mais, para a família empobrecida, o fracasso escolar de seus filhos constitui uma “sina” e o sucesso uma “sorte” que depende mais da criança do que de sua própria família.

Demais, a família empobrecida é pragmática. Elas vêem o programa complementar mais como garantia de proteção aos mesmos enquanto trabalham fora. Não visualizam, portanto, os novos ganchos que o programa pode fornecer, não querem nem mesmo envolvimento com ele.

O pragmatismo das famílias possui sua sabedoria, quando compreendem que o programa produz resultados satisfatórios, principalmente mudanças comportamentais os adolescentes começam a ter sucesso na escola, ficam menos revoltados e mais sociáveis, ou ainda, participam de vários esportes e torneios, ganhando medalhas e apresentando-se em espetáculos de dança, música.

Geralmente são as próprias famílias que procuram o programa para participar, fornecendo sugestões sobre as atividades, ofertando seu trabalho voluntário, abordando temas que lhes interessam sobre o desenvolvimento ou socialização de seus filhos.

Não é recomendável, porém, exigir inicialmente a participação formal das famílias. Sugerem-se, dessa forma, encontros informais preferencialmente lúdicos. A participação engajada, dessa forma, conseqüência natural dos próprios resultados: melhora no comportamento dos filhos e prazer que estes possuem pelo programa.

Além disso, as famílias empobrecidas necessitam de apoios diversos, pois estas são tão carentes de apoio quanto seus filhos atendidos pelo programa. Portanto, é preciso dar oportunidades às famílias através de um centro de apoio psico-social, financeiro e advocático.

As experiências confirmam que essas famílias necessitam de complementação de sua renda familiar em período de profunda crise de subsistência. E esses períodos críticos podem influenciar na motivação e no próprio processo de desenvolvimento da criança e do adolescente. E nessa época, que as crianças se afastam da rota natural de proteção e desenvolvimento. O abandono, a evasão escolar, o trabalho precoce, o adolescente nas ruas são algumas das conseqüências mais perversas pelas quais passam inúmeras famílias. Assim, torna-se indispensável e fundamental o apoio. As experiências apontam que a família necessita de um “kit” diversificado de ajuda conforme as suas carências.

O amparo psico-social manifestado através de entrevistas, visitas domiciliares, grupos de escuta mútua, troca de experiências, cartazes, aconselhamento, orientação, encaminhamentos, deve estar seguido da oferta de outros apoios especializados, como complementação da renda familiar, programa de geração de renda e empregos acoplados a oferta de capacitação profissional, além de, atendimento a demandas de justiça com assistência advocática e jurídica e melhoria habitacional.

Especialmente no caso das famílias de crianças e adolescentes em situação de risco social ou de extrema carência, esse envolvimento acaba tendo um caráter de orientação e apoio mais amplo, através do qual os pais ou responsáveis também podem se tornar sujeitos de novas aprendizagens que possam ajudá-los no resgate da cidadania.

Essas orientações estendem-se do fornecimento de informações sobre os serviços ou mecanismos legais, até o aconselhamento a fim de enfrentar e solucionar problemas do cotidiano mais complexos vividos no interior das famílias, tais como: educação sexual e gravidez precoce, diálogo familiar, preparação para o mundo do trabalho, drogas, violência familiar.

3.4 A parceria com a comunidade

Todas as comunidades possuem um riquíssimo potencial de ajuda que necessita ser mobilizado. É necessário conhecer as redes naturais de solidariedade que a própria

comunidade constrói para apoiar os seus. Interconectar essas redes afim de desenvolver o grupo infanto-juvenil e as famílias é essencial.

As comunidades possuem igualmente uma rede de serviços públicos que, geralmente, são precários principalmente nos bolsões de pobreza. É preciso, assim, introduzir insumos, motivações e melhorias concretas no nível de atendimento cedido pelos mesmos. Pois as comunidades demandam por melhorias e é necessário buscar parceiros externos para assessorá-las na priorização dessas demandas, envolvendo todos os participantes.

Outro dado importante é que proporcionar assistência às crianças e aos adolescentes, no período anterior ou posterior à escola, não é de responsabilidade primeira do Programa Complementar. Por outro lado, é necessário que este seja sensível e competente para engajar outros sujeitos num projeto mais amplo que proporcionarão impactos positivos no próprio desenvolvimento do grupo infanto-juvenil.

Finalmente é essencial recordar que o envolvimento e a participação da família e da comunidade nas atividades realizadas com as crianças e adolescentes contribuem para que os educadores e dirigentes do programa conheçam e compreendam melhor a criança ou o adolescente atendidos, seus anseios e dificuldades, conduzindo-os a construir propostas condizentes com a realidade do grupo, dentre elas a proposta educacional.

3.5 A parceria com a escola

3.5.1 Construindo uma proposta educacional

É fundamental que todo Programa Complementar, tenha uma proposta educacional clara e harmônica, buscando proporcionar às crianças e aos adolescentes oportunidades de adquirir conhecimentos, habilidades, atitudes que favoreçam sua permanência e o sucesso escolar (Desde o início, os organizadores do programa devem também constituir uma

relação estreita e sistemática com as escolas da qual sua clientela freqüenta, visando assegurar uma ação integrada).

Portanto, as propostas educacionais das ações complementares não podem reproduzir nem replicar a da escola formal, visto que apresenta atividades de natureza diversa. Os programas, além de transmitir conhecimentos específicos, buscam desenvolver valores, atitudes, promover a sociabilidade e a capacidade criativa, estimular o potencial cognitivo, propiciar uma atitude positiva frente ao conhecimento e o desejo de apreender sempre mais.

Por conseguinte, as atividades oferecidas pelo programa devem estimular o desenvolvimento da autonomia, conduzindo as crianças e os adolescentes a uma melhor qualidade de vida, além de aprender a tomar decisões, construir relações afetivas saudáveis e reconhecer-se como sujeito ativo e participante no interior de seu grupo social.

Esses valores e atitudes devem-se organizar através de quatro aprendizagens essenciais que no decorrer da vida, serão os pilares do conhecimento, de forma eficiente e eficaz. Aprender a conhecer é uma das etapas, isto é, adquirir instrumentos para compreender a realidade sob diferentes aspectos, estimulando o despertar da curiosidade intelectual, o sentimento crítico, mediante a aquisição da autonomia na capacidade de distinção.

A segunda refere-se a aprender a fazer, possibilitando operar sobre o meio envolvente, é colocar em prática os seus conhecimentos, bem como adaptar-se a educação às mudanças no mundo do trabalho. Essa segunda aprendizagem encontra-se estreitamente relacionada ao aspecto da formação profissional, e em larga medida, indissociável ao aprender a conhecer.

A outra consistem o aprender a viver juntos, objetivando participar e cooperar com os demais indivíduos todas as atividades humanas. Tal tarefa é difícil, pois é natural que os mesmos supervalorizem as suas qualidades e as do grupo a que pertence. Sem dúvida,

essa etapa, atualmente representa um dos maiores desafios do processo educacional, embora seja de extrema importância.

E finalmente aprender a ser, que se baseia o desenvolvimento da personalidade e na ação cada vez mais autônoma e responsável. Portanto a educação deve contribuir para o desenvolvimento espiritual, corporal, além de influenciar na inteligência, na sensibilidade, no sentido estético e na responsabilidade pessoal como um todo.

É na proposta educacional que os organizadores explicita esses valores e atitudes que almejam promover. Logo é na proposta educacional que são definidas as metas mais amplas do programa. Ao defini-las, a equipe estabelece coletivamente os objetivos e que desejam alcançar, bem como os meios que utilizará para tanto.

A proposta educacional de um programa, na realidade torna-se o grande estimulador da equipe de uma instituição, já que a conduzir a atuar de forma consistente, não poupando esforços, inclusive, com renúncias importantes no projeto individual, se necessário.

3.5.2 Acompanhamento escolar

Historicamente a escola pública brasileira não foi planejada para receber essa clientela. Pensada e organizada para atender as crianças de classe média, toda a cultura escolar torna-se alheia à realidade da criança carente: são impostas novas rotinas, além de possuir uma organização própria e oferecer conteúdos que freqüentemente não fazem parte das experiências de vida dos alunos. Tal fato contribui para que estes estabeleçam imagens negativas de si próprios, levando-os a acreditar em sua inadequação ao âmbito escolar.

Porém, atualmente temos conhecimento de que a inadequação não é das crianças, mas da escola a elas.

De toda maneira, a saúde precária, os obstáculos encontrados pela família em proporcionar apoio, e as dificuldades de adaptação ao novo espaço, constituem alguns fatores para que as crianças e os adolescentes “fracassem”. Assim, desenvolver, junto às crianças, as competências cognitivas essenciais como expressão oral, cálculo, raciocínio lógico, solução de problemas e capacidade de decisão, além das habilidades de comunicação e integração social.

Dessa forma, o programa deve prever algumas atividades fixas e obrigatórias visando assegurar a regularidade e o desenvolvimento da evolução dos educandos. As atividades de orientação de estudo e desenvolvimento de habilidades para a vida estão inseridos nessa categoria.

3.5.3 Orientação de estudos

Geralmente, os programas oferecem atividades de “reforço escolar”, com intuito de incrementar as atividades, que a criança e o adolescente trazem da escola como tarefa de casa. Muitas vezes, os programas fazem réplicas da própria situação de sala de aula, causando um desinteresse da criança que acaba abandonando, e conseqüentemente desmotivando-se para o processo de aprendizagem.

Portanto, o autor optou por introduzir uma nova idéia dessa atividade a qual chamou de “orientação de estudos”, enfatizando mais o aspecto do desenvolvimento de métodos e hábitos de estudo do que o reforço de aprendizagem.

Além disso, a própria expressão “reforço” supõe antecipadamente que, todas as crianças teriam um “déficit” que necessitaria ser restituído.

Assim, o objetivo central da “orientação de estudos” é de ampliar as possibilidades e a responsabilidade dos estudantes pelo seu processo de aprendizagem, ao mesmo tempo em que disponibilizam recursos didáticos, pedagógicos e materiais para que realizem suas tarefas com organização e correção e que possam ir além delas de acordo com seu interesse e capacidade.²⁷

É fundamental, então, que os programas complementares estejam articulados com a escola e a atividade de “orientação de estudo”, os quais constituem o eixo primordial desse contato.

Muitas crianças e adolescente apresentam um baixo rendimento escolar, pois sua atitude em relação à aprendizagem é negativa, encontram-se desmotivadas e não acreditam na sua própria capacidade de apreender.

Por outro lado, a organização, o currículo, as metodologias da educação escolar não tem conseguido evitar a crescente exclusão, a repetência e evasão escolar de uma parcela significativa de crianças e adolescentes que contribuem para aumentar as estatísticas do analfabetismo funcional no Brasil. Isso porque a pobre política educacional e de trocas culturais necessita ser superada através do trabalho integrado das políticas sociais tendo como eixo central à educação escolar.

O educador estará presente para permitir que o grupo infanto-juvenil possa assumir sua responsabilidade individual pela atividade: para estimulá-las a descobrir respostas às suas dúvidas, oferecendo auxílio apenas quando realmente for necessário. Sua função essencial é o de ensinar os alunos a aprenderem a aprender.

²⁷ INSTITUTO DE ESTUDOS ESPECIAIS DA PUC, 1996, p. 29.

As dificuldades de aprendizagem podem ser causadas por fatores externos como os métodos de ensino, o ambiente desestimulante ou a insuficiência de tempo de treino para apreensão de um conteúdo.²⁸

No entanto, há fatores internos que dificultam o processo de aprendizagem, sendo ordens de natureza cognitiva e afetiva. Frequentemente, no que se refere às potencialidades intelectuais, as crianças e adolescentes possuem boas condições de prosperar rapidamente, exceto quando se refere à deficiências mentais.

Os fatores de natureza afetiva e emocional geralmente são mais determinantes do insucesso escolar do que se pode pensar. Talvez, a tarefa principal dos educadores, durante o processo de aprendizado básico do grupo, seja a de auxiliá-los a superar a decepção dos pequenos insucessos, visando enfrentar novos desafios tanto nos aspectos afetivos, quanto nos aspectos cognitivos.

Dessa forma, uma história escolar com sucessivos fracassos pode fazer acreditar que a criança seja incapaz de aprender os conteúdos. Muitas vezes, é apenas uma crença que ela própria faz sobre sua incapacidade de ultrapassar os obstáculos o que a torna indispensável ao sucesso.

Portanto, o educador, primeiramente, deve ser ativo e estimular a capacidade das crianças e adolescentes. Quando sentir que as dificuldades forem de outra natureza é necessário estar atenta para detectá-la e proceder o encaminhamento do mesmo para especialistas que possam auxiliá-lo a progredir adequadamente, como por exemplo fonoaudiólogos.

3.6 Trabalho social e a ação complementar

²⁸ INSTITUTO DE ESTUDOS ESPECIAIS DA PUC, 1996, p. 31.

Apesar de não constituir um campo contratante de assistentes sociais, a política educacional vem sendo mobilizada cada vez mais por profissionais que atuam com programas assistenciais voltados para diversos segmentos das classes subalternizadas, principalmente os que envolvem a criança e o adolescente.

Nesse sentido, o Serviço Social não pode deixar de pensar esta realidade e contribuir para o enfrentamento dos diversos problemas oriundos da instituição escolar. Daí ressalta-se a importância do trabalho social, que possa atender essa população infanto-juvenil. À medida que o Serviço Social se dedica a examinar e avaliar essas questões e propor alternativas dentro de um campo teórico e político de interesse profissional, o que se coloca em jogo é a própria relevância social da profissão, e assim torna-se um componente concreto de seu trabalho.

As famílias empobrecidas necessitam de um trabalho peculiar para melhorar a qualidade de vida, isto se dá com a orientação e o fortalecimento dos pais na relação com seus filhos, bem como capacitá-los para desenvolverem seu potencial e tornarem-se membros produtivos da sociedade. Seguramente produzirá impacto sobre as condições de vida dessas crianças, adolescentes e suas famílias.

Ao profissional cabe ressaltar a importância da formação educacional, especialmente na primária, onde gradativamente a criança e adolescente percebe a necessidade de crescer e se preparar para o futuro. A ação social visa fortalecer o processo educativo do grupo infanto-juvenil, contribuindo para o sucesso escolar.

Nesse contexto, algumas ações do trabalho social, relacionadas à educação manifestar-se-á Ação Complementar à Escola.

Tal proposta desenvolve ações junto à população infanto-juvenil em condições de pobreza, buscando ampliar as chances dessa população no ingresso, na permanência e no sucesso escolar.

4 CENTRO SÓCIO EDUCATIVO E CULTURAL–“VIDA PARA TODOS” DO EDUCANDÁRIO SÃO JOSÉ DE SANTO ANASTÁCIO

O presente capítulo tem como objetivo mostrar o Histórico da Congregação Filhas de Maria Missionária e do Centro Sócio-Educativo e Cultural – “Vida para Todos” do Educandário São José, o qual promove junto à comunidade serviços sociais, assistenciais, educativos e religiosos, independentes de credo, etnia, nacionalidade e

opções políticas, considerando a finalidade estatutária, população alvo, localidade onde está situada suas obras e recursos disponíveis para a implementação das atividades sociais e religiosas a serem realizadas.

4.1 Histórico da Congregação Filhas de Maria Missionárias

A Congregação Filhas de Maria Missionária tem sua sede central localizada na Itália, que se divide em sub programas em diversos países: Costa do Marfim, África Central, Brasil atuando conforme a realidade e as necessidades de cada país.

No Brasil, a Congregação chegou em 1952, atuando mediante a realidade atual, à proporção que a sociedade, de uma maneira geral, se torna-se mais exigente devido às mudanças de cunho político, econômico e tecnológico que adentram a realidade cotidiana de cada cidadão, através de implicações de caráter social, cultural e emocional (fome, miséria, desnutrição, insegurança, analfabetismo, aumento da violência, desemprego, etc).

Nesse sentido, surgiu a necessidade de pensar numa nova práxis, com uma formação mais abrangente e com instrumentos apropriados que respondam à preparação do ser humano nas várias dimensões, tendo em vista a inserção, integração cultural e profissional mesmo que, para responder às finalidades na congregação tenha que contar com ajuda econômica da Casa Geral da Itália e de alguns missionários.

Assim, diante das propostas da congregação, esta procura desenvolver ações que colaborem na melhoria social, cultural, educacional e assistencial, com atenção especial à família, à criança e ao adolescente, capacitando-os na busca de autonomia e conquista de sua cidadania.

A congregação Filhas de Maria Missionária está localizada em seis cidades em diversas regiões brasileira, dentre as quais:

- **Picuí – PB**, nesta comunidade, são realizadas atividades paroquiais, formativas junto a catequistas, à pastoral da criança, à família, ao adolescente, à mulheres. Desenvolve-se também trabalho de educação de base e de evangelização da comunidade. Em média são feitos, por ano, 7251 atendimentos. Desse modo, são realizadas atividades em nível educacional e religioso que busquem a valorização do ser humano, visando o desenvolvimento de ações solidárias em torno dos necessitados, tendo a liberdade de criar ações condizentes aos princípios e aos postulados congregacionais.
- **Pimenta Bueno – RO**, nesta comunidade, as irmãs atuaram junto a 65 comunidades Eclesiais de Base e a movimento populares. Desses onze são urbanos; o restante são rurais, sendo a população formada por pessoas migrantes de todos os Estados do Brasil com uma cultura diversificada, porém já existia um número significativo de pessoas nascidas no próprio Estado. O número de atendimento anual a comunidade, é de 28.000, tendo suas ações baseadas em características mais políticas.
- **Porto Velho – RO**, a comunidade das Irmãs da Congregação das Filhas de Maria Missionárias da Região Norte do Brasil, em Específico da Comunidade de Porto Velho, após vários anos de reflexão, decidiu pela abertura de uma nova comunidade no Norte do país, com a finalidade primeira de acolher e cuidar da formação inicial das jovens candidatas à vida religiosa e missionária daquela região, bem como ser uma casa de acolhida para comunidades vizinhas existentes e atividades de evangelização, promoção humana e cidadania, naquela realidade. Desse modo, a Congregação mobilizou as comunidades no Brasil e na Itália para buscar em recursos a fim de adquirir uma casa para essa finalidade.

Igualmente, considerando uma região extremamente empobrecida, em conseqüência do nosso sistema econômico atual, a comunidade das irmãs procurou dar sua contribuição na área de formação humana, religiosa, cultural, social e política junto

às camadas populares. Demais, por intermédio das pastorais existentes na região e de grupos e movimentos que se encontram situadas na comunidade, são realizados por volta de 2.726 atendimentos anuais, sendo o público alvo: as lideranças comunitárias e religiosas, representantes pastorais, estudantes, jovens, crianças, adolescentes, comunidades paroquiais, família, baseando suas ações em contatos, estudos, encontros, palestras, intercâmbio das irmãs, acessórias e excursões.

- **Belo Horizonte – MG**, a comunidade da Filhas de Maria Missionária da Casa da Noviciada de Belo Horizonte –MG, desde seu nascimento até os dias atuais, busca desenvolver ações cristãs, espirituais, temporais, profissionais e sociais. Dessa forma, todo trabalho realizado, sempre teve por base o desenvolvimento integral da pessoa humana, valorizando-a enquanto ser total (valores, costumes, cultura, etnia, sexo, etc). Sendo assim, as irmãs presentes, procuram propiciar meios de emancipação da capacidade individual e grupal, valorizando assim, a realidade de cada pessoa e contribuindo com a sua educação integral.

A Casa da Noviciada teve como prioridade o atendimento de jovens para preparação da vida religiosa e acolhimento de irmãs que retornaram da Missão para um aprofundamento em conhecimentos gerais, cursos de atualização e capacitação profissional.

Organizaram, concomitantemente, trabalhos pastorais e sociais, com acompanhamento de grupos, movimentos, núcleos de formação e associações, de forma a auxiliar a comunidade local, na formação de uma consciência cristã e cidadã. A sede procurou responder ainda às necessidades das comunidades empobrecidas do município de Belo Horizonte e de municípios vizinhos, como também em formar e introduzir líderes comunitários mais esclarecidos no trabalho de conscientização e de educação com os menos favorecidos e desprovidos de informação. São 9.960 atendimentos anuais em ações de cursos, seminários, palestras, oficinas, alfabetização e capacitações.

- **Cotia – SP**, A comunidade é formada por seis irmãs, as mesmas estão engajadas em projetos sociais e atividades pastorais indo ao encontro do objetivo da Congregação. Toda atividade do Centro Educacional de Cotia (Congregação Filhas de Maria Missionária em Cotia), é realizada de forma descentralizada pelos membros da comunidade e voluntária, direcionando sua ação ao lugar social dos beneficiários, nas próprias famílias ou centros comunitários paroquiais adjacentes, onde, conseqüentemente, ocorre uma mobilização de recursos humanos e materiais, para o desenvolvimento das atividades. Sendo elas desenvolvidas em horários e locais flexíveis, de acordo com as circunstâncias apresentadas.

O trabalho de atenção à criança e ao adolescente de rua, deu-se de forma diferenciada, porém sempre com encaminhamentos aos centros sócio-educativos, e às entidades encarregadas, auxiliando, desse modo, no contato com as famílias, para que os mesmos pudessem buscar a reconciliação e retornar o relacionamento interrompido diante dos problemas envolvidos no lar.

Existe também um trabalho de formação de cidadania, sendo esta uma das diversas preocupações da congregação. Assim, acreditam que trabalhar com requisitos como: educação, cultura, problemas relacionados à sociedade, ajuda a pessoa no desenvolvimento do pensamento de fraternidade, de doação e de amor ao próximo, levando a refletir acerca desses valores e da responsabilidade de cada um frente a construção de uma sociedade justa, mediante uma perspectiva social.

- **Presidente Prudente – SP**, esta comunidade vincula-se à sede com finalidade de promover atendimento pastoral e contribuir na ação evangelizadora enfatizando, a formação humana, cultural, social e solidária, promovendo a assistência às gestantes, adolescentes e à infância. Não só realiza ações conjuntas com a Associação São Vicente de Paula através da arrecadação de alimentos para doações de cestas básicas à população de baixa renda, como também envolve-se nos Projetos Pastorais: família, saúde, criança, idoso, mulher, catequética. Igualmente, promove com a coordenação diocesana, a Infância Missionária em que onde várias crianças, podem

expandir o seu conhecimento acerca do que vem a ser Missão e desse modo, despertá-las para uma visão mais ampliada de mundo e de ser humano. Enfim, enfatiza o trabalho conjunto com às pastorais da criança e da saúde, dando assessoria aos vários grupos de pastorais proporcionando, assim, suporte para liderança exercida nas mesmas.

- **Santo Anastácio – SP**, Nesta cidade, a comunidade das irmãs realiza, em média, 2.134 atendimentos anuais, sendo suas ações: palestras, retiros espirituais, formações teológicas, orações, cultos, orientações nutricionais, acolhida, doação de alimentos, vestuários, apoio para estudos. Seu público alvo é catequistas, mulheres, famílias, casais, crianças, adolescentes, peregrinos, habitantes da Zona periférica do município e parentes de irmãs da Congregação.

4.2 Congregação Filhas de Maria Missionária em Santo Anastácio

4.2.1 O município:

Santo Anastácio município do Estado de São Paulo, está localizada na 10ª região Administrativa de Presidente Prudente, a oeste do Estado de São Paulo, Brasil. Sua área é de 564 km, possuindo 20.714 habitantes.

A situação sócio econômica do município é bastante precária já que tem sofrido a perda de várias frentes de trabalho, como as Usinas de Alcool, Máquinas de Beneficiamento de Algodão, Frigoríficos e estabelecimentos comerciais. Esta situação é agravada pela crise do setor rural, em que muitas famílias (empregados e proprietários) que viviam de atividades agrárias estão migrando para a cidade por falta de condições de continuar no campo.

A grande parte da população de baixa renda do município, principalmente aqueles que não possuem um nível cultural e educacional de melhor qualidade, recorrem ao trabalho braçal e eventual (bóia fria) durante os períodos de safra e também nos momentos em que os mesmos encontram-se desempregados, buscando a lavoura para prover o sustento da família.

Já, a população da zona urbana emprega-se no setor secundário e terciário, mas devido à falta de empregos oferecidos pelo município, um número acentuado de trabalhadores recorre a trabalhos de diversas categorias empregatícias em Presidente Prudente, principalmente nos setores da construção civil.

Assim, a carência de empregos no município, traz graves conseqüências ao panorama social, pois não havendo absorção da mão de obra excedente, os pedidos de auxílio básico como o de cestas alimentícias, pagamento de contas de água, luz e gás de cozinha têm um aumento significativo, impossibilitando uma reflexão acerca de outras situações que permeiam a vida das famílias, pois visto a preocupação inicial das mesmas, é, única e exclusivamente, pensar na sua precária manutenção econômica.

Conseqüentemente, houve uma alteração progressiva na correlação de forças dentro do lar. A mulher passou a ocupar o lugar de “dona da casa” (quando responsável pelos serviços de seu lar e por colocar ajuda de recursos financeiros), e não “dona de casa” (quando somente realizava os afazeres domésticos). Além disso, ela é responsável pela educação dos filhos, divisão das despesas, disciplina e afeto, ou seja, toda expressão sócio-afetiva, que o filho utilizará como referencial para toda a vida, terá como base na relação com a mãe.

No entanto, a maior parte das mulheres, ainda submete-se a maus tratos e negligência, mesmo tomando as “rédeas” do lar. Seus maridos, muitas vezes, utilizam-se de medicamentos, bebidas alcoólicas e drogas expressando seus transtornos e frustrações através de atitudes violentas perpetradas contra a esposa, a criança ou o adolescente.

A mulher e mãe, responsável pelos filhos e pela necessidade de trabalhar busca apoio nos projetos sociais do município, como os que ocorrem no Centro Sócio Educativo e Cultural do Educandário São José.

4.2.2 O Projeto: Centro Sócio - Educativo e Cultural – “Vida para Todos” – Educandário São José

Características gerais:

A Congregação, em Santo Anastácio, realiza um trabalho desde 1952, sendo que naquele período atendia apenas meninas em regime de internato. As mesmas eram de famílias de fazendeiros e de famílias tradicionais da cidade. Com o surgimento de escolas estaduais, em meados de 1972, a Congregação sentiu a necessidade de estar prestando serviço a pessoas carentes do município. Inicialmente, trabalhava com as meninas em regime de semi-internato e com as crianças de 03 a 07 anos.

Ao passar dos anos, a congregação foi se aperfeiçoando e conforme as necessidades existentes passou a contratar profissionais visando à melhoria e à qualidade de seus serviços prestados.

Nos anos de 1972 a 1984, especificamente nos anos de 72 a 76, o trabalho foi voltado à educação religiosa para crianças e para suas mães. No ano de 1977, começou a se ter uma preocupação com a assistência escolar. Sendo assim, o projeto redimensionou suas atividades. No início da década de 80, intensificaram-se as atividades junto à escola, mas

continuaram a atender famílias, no intuito de proporcionar ações que pudessem complementar sua renda, no caso, estar ensinando artesanatos (pintura, bordados, corte costura,...).

Em 1984 a 1994, com falta de recursos físicos e financeiros, suas atividades ficaram diminuídas, sendo assim, as irmãs começaram a ir até os bairros da cidade, atendendo nas comunidades, voltando suas ações para os adultos. Em 1987, voltou o atendimento direcionado às crianças, mas com um número menor. Já no ano de 1992, começou um trabalho de voluntariado com quatro pessoas da comunidade.

No período de 1995 até os anos atuais, o Centro Sócio Educativo cultural – Vida para Todos- Educandário São José, tendo como justificativa as condições da problemática apresentada pelo município, relata que as crianças e os adolescentes acabam sendo incorporados à necessidade de gerar renda ou mesmo acabam assumindo o lugar dos genitores no cuidados dos seus irmãos mais novos e afazeres domésticos. A grande maioria das famílias justifica essa situação, alegando que estão ocupando o tempo dos filhos, porém acabam gerando uma série de problemas no desenvolvimento social, afetivo e cognitivo dos mesmos. Muitas vezes, os genitores, por terem sido obrigados a abandonar a escola em função do trabalho, ignoram a importância da educação na vida futura de seus filhos.

Tendo em vista essas problemáticas, a Congregação das Filhas de Maria Missionárias, em 1995, reestruturou seu projeto de Assistência Social, pois anteriormente realizava um projeto com meninas de 07 a 12 anos nos bairros periféricos da cidade, com um trabalho voltado ao reforço escolar, à formação humana e ao artesanato. Estes aspectos podem ser melhor observado no quadro de retrospectiva de atividades desenvolvidas no Educandário no período de 1972 a 2002.

Quadro 1 – Sínteses das atividades do Educandário São José – 1972-2002

| Período | Idade/Regime | Local | Atividades |
|---------|--------------|-------|------------|
|---------|--------------|-------|------------|

| | | | |
|----------------------|--|--|--|
| 1972 a 1977 | 7 a 15 anos, em regime de semi-internato. 03 a 07 (meninos e meninas), suas famílias. | Educandário | Atividades voltadas para o atendimento às mães, em uma educação cristã, sendo essas atividades de: arte culinária, capacitação para empregada doméstica, tricô, corte costura, orientação moral e social. Cursos para gestantes. |
| 1977 a 1983 | 7 a 14 anos meninas. | Educandário | Inicia-se um processo de assistência escolar, que fornecerá uma educação moral e cívica boas maneiras, assistência nas tarefas escolares. Também prosseguiram os trabalhos com as mulheres. Sendo assim, intensifica suas atuações junto às escolas. |
| 1984 a 1986 | Meninas de 5 a 14 anos em regime semi-internato Adolescentes, mães e gestantes. | Educandário e bairros. | As atividades se voltam para os adultos, como o bordado, mobral (alfabetização), teatro, confecção de tapetes, quadros, corte costura, culinária... |
| 1887 a 1991 | Meninas, gestantes, mães, jovens e senhoras (curso de tricô). | Educandário e bairros (que irão se reduzindo com o decorrer dos anos). | Reforço escolar, teatros, dança, formação humana e atividades voltadas às mulheres... |
| 1992 a 1994 | Meninas, grupo de mães e gestantes. | Educandário e apenas um bairro. | Reforço escolar, acompanhamento escolar, visitas nas escolas, formação humana, higiene, boas maneiras, visitas domiciliares, confraternizações com as crianças e com as famílias, palestras... |
| 1995 aos anos atuais | Crianças e adolescentes de 07 a 18 anos incompletos. | Educandário | Desenvolvimento de cursos profissionalizantes, aula de formação humana, acompanhamento médico e odontológico, visitas domiciliares, esportes, dança, pintura, datilografia, computação, prática de conhecimento, auxílio aprendizagem, violão, brinquedoteca, oficina pedagógica, orientação sócio educacional. (as atividades foram aumentando no decorrer dos anos e com as parcerias que foram montadas). |

4.2.3 Proposta atual do Educandário São José

Sentindo a necessidade de intervir na questão, que envolve as dificuldades das crianças se desenvolverem numa perspectiva educativa, implantou-se o projeto sócio educativo no Educandário São José, que atualmente é o Centro Sócio Educativo e Cultural do Educandário São José – “Vida para Todos”, indo ao encontro da necessidade de orientar famílias, crianças e adolescentes frente ao fluxo de emoções e mudanças sociais. Provedo, assim, informação e auxílio para o seu desenvolvimento saudável. O mesmo possui 100 participantes, divididos em períodos distintos, realizando, mensalmente, cerca de 2.000

atendimentos, além de reuniões de pais, encaminhamentos, pré-inscrições, entrevistas, orientação individual e grupal, assembleias. Junto a esta necessidade, busca-se mobilizar a família, de forma que a mesma dê suporte e exerça o seu papel no processo de educação de seus filhos, integrando-se aos outros meios educacionais que possam responder à necessidade de abrir um espaço de reflexão acerca da relação familiar, escolar e comunitária. Todo esse processo de maneira construtiva, compartilhada e solidária, unindo os autores que constituem o tripé sobre a qual se assenta a idéia de educar para a vida.

Em virtude dessa realidade a Assistente Social, responsável pela realização do programa sócio-educativo, através da Congregação das filhas Maria Missionária, no município de Santo Anastácio, organizou um levantamento de informações no ano de 2001, pensando na formulação de um novo projeto que viesse auxiliar na aprendizagem dessas crianças. Dessa forma, o propósito era refletir sobre a prática educativa, sobre como se aprende e como se ensina e as diversas variáveis que interferem nesse processo de aprendizado, de forma a juntar as ações, em função das mudanças necessárias para reverter essa situação e atingir um possível sucesso escolar²⁹, não só no projeto sócio-educativo como também na escola.

Com base nos dados do levantamento de 2001, junto à escola, constatou-se que as crianças possuíam muitas dificuldades na aprendizagem com relação à leitura, e interpretação de texto. Isso porque elas eram apenas copistas com muita dificuldade de desenvolvimento do raciocínio lógico. Esses dados foram retirados de todas as escolas que atendiam os participantes do Educandário São José, em um total de 100 crianças, sendo que estas são divididas por período alternado a escola: 50 de manhã e 50 à tarde.

A partir desses dados, organizou-se uma proposta e houve a criação do projeto Brincando e Aprendendo. Tal projeto foi dividido em quatro fases distintas, as quais respeitaram o critério de idade/ série escolar/ ano de permanência no projeto, e no caso de

²⁹ **Sucesso Escolar** – É o aproveitamento daquilo que o estudante recebeu na escola, seja no aspecto de aquisição do conhecimento, seja no aspecto formativo, de preparação profissional, de preparação para o exercício da cidadania, tendo como coadjuvantes a Família e a Comunidade. Cf. MELLO, 1998. p.86.

atividades complementares, são observadas as dificuldades no processo ensino aprendizagem, procurando auxiliá-los através de recursos pedagógicos específicos para cada situação.

No programa Sócio Educativo do Educandário São José, em específico no projeto com crianças, procura-se concebê-la como um organismo em formação, num processo contínuo e global, sendo a mesma, vista como membro de uma classe social, situada em um contexto histórico e sócio-cultural, procurando possibilitar o direito à expressão, promover o acesso aos bens sociais de forma a buscar o desenvolvimento integral de suas potencialidades, conhecer seus direitos e deveres básicos, despertando também a sua visão de mundo.

Sendo assim, as atividades sócio-educativas, complementares à escola, culturais, e artísticas, são diversificadas, pois se uma criança ingressa no projeto com sete anos, a mesma não poderá realizar tais atividades, durante o período de dois ou três anos, sendo necessários adequar seu grau de maturação física, emocional e cognitiva, respeitando assim a sua etapa de desenvolvimento.

As atividades desenvolvidas nos grupos:

As crianças são atendidas por grupos. Esses grupos possuem proposta diferenciada de acordo com a idade, a condição cognitiva e a dificuldade das

crianças. Tais grupos foram desenvolvidos por cores: grupo azul, grupo amarelo e grupo verde. Cada grupo possui objetivos diferenciados para o atendimento das crianças.

Grupo azul:

O grupo azul, formado por 10 crianças que sabem ler e escrever, possui uma “facilidade” no processo de aprendizagem em relação aos outros dois grupos. Nessa etapa, ocorre uma parceria entre o educador e o educando, favorecendo o conhecimento dos processos de aprendizagem de ambas as partes, momento em que o professor consegue fornecer ao aluno as ajudas necessárias e estes conseguem avançar no seu processo de aprendizagem.

Grupo amarelo:

O grupo amarelo é formado por 19 crianças que sabem ler e escrever, mas apresentam dificuldades na assimilação, na formação de frases, etc. assim, elas necessitam de um acompanhamento que possibilite a apreensão e o entendimento, auxiliando no seu processo de aprendizagem.

Grupo verde:

O grupo verde é formado por 21 crianças que apresentam um grau maior de dificuldade; estas são acompanhadas por duas educadoras, as quais são responsáveis por desenvolver um trabalho a fim de alcançar o objetivo proposto pelo projeto. No entanto, serviram de objeto da nossa pesquisa, 15 crianças devido a desistência de seis crianças.

Atividades desenvolvidas em todos os grupos:

- Complementar à Escola: atividades de auxílio-aprendizagem e oficina pedagógica, abrangendo os diversos conhecimentos humanos, visando à ampliação de suas habilidades, no sentido de promover a aplicabilidade das atividades formais (realizadas em sala de aula) ao cotidiano e às necessidades da vida. Objetivando também a melhora de seu rendimento escolar, a recuperação da auto-estima e a formação de uma base educacional que possibilite a construção de novos referenciais, estimulando, desse modo, a permanência na escola e o seu sucesso.
- Atividades Sócio-Educativas: buscam favorecer o auto conhecimento, nas várias dimensões pessoais, sociais, universais e ecumênicas, transcendentais, voltadas a uma consciência de prática de valores, ao respeito mútuo, operando ainda a capacidade de convivência e do trabalho grupal. Abrange as atividades de: formação humana, brinquedoteca, expressão corporal, socialização, higiene, saúde, ecologia e cidadania.
- Culturais e Artística: Visam auxiliar o participante a conhecer as diversas formas e expressões artística, valorizando a diversidade da cultura (música, pintura, esculturas, teatro...), bem como trabalhando na confecção de materiais artesanais, na psicomotricidade (coordenação motora, noção espaço temporal, etc), de forma a expressar o mundo e a sua realidade.
- Atividades recreativas e esportivas: realização de jogos de diversas modalidades, além da brinquedoteca, da ludo terapia, que trabalha a dimensão espaço temporal, aquisição de equilíbrio físico, emocional, socialização, dinâmica de grupo, regras e trabalho de equipe.

- Atividades Complementares: palestras com profissionais do programa e externos a ele, excursões, visitas culturais, intercâmbio com outras entidades sociais, passeios ecológicos, experiência de solidariedade internacional, troca de experiência e laços de amizade com pessoas e grupos da Itália (ex: troca de cartas das crianças da 3^a. série do Brasil e da 3^a. série da Itália), entrevistas, pesquisas e atualidades, grupos de vivência.
- Melhoria do Espaço Físico: Preservar e melhorar constantemente o espaço físico do projeto, visando adequar-se às normas sanitárias, imprimindo qualidade e segurança aos usuários da Instituição.

Recursos humanos:

O programa Sócio Educativo do Educandário São José possui, como recursos humanos:

- Uma coordenadora, formada em psicologia, sendo ela a responsável pelos projetos existentes na Congregação em Santo Anastácio. Exerce, também, o papel de tesoureira da Congregação Filhas de Maria Missionária;
- Uma assistente social, responsável pela elaboração de projetos e pelos atendimentos oferecidos.
- Um auxiliar administrativo, ficando responsável pelo setor do escritório.
- Uma secretária;

- Cinco educadoras, sendo que três delas são formadas em magistério, uma é formada em Serviço Social e uma é técnica em computação.

Quanto às educadoras, há uma divisão: duas pertencem ao grupo verde, uma pertence ao grupo amarelo e outra ao grupo azul. Elas são responsáveis pela atividade de auxílio aprendizagem, sendo que cada uma delas, também exerce as demais atividades.

- Cozinheira, responsável pela complementação dos alimentos que é servido para as crianças, pois é recebida uma parte da alimentação da cozinha piloto, sendo esta que fornece a merenda escolar do município.
- Faxineira, responsável pela limpeza do ambiente;
- Estagiárias, sendo estas: uma de Serviço Social e duas de Psicologia.

Avaliação das atividades:

Um dos indicadores de avaliação desse projeto é a observação dos relatórios elaborados pelos educadores, e acompanhamento individual dos participantes. Neles constam o seu desenvolvimento, necessidades e pontos que indiquem mudanças de perspectivas, a participação das famílias em atividades de integração, formação e orientação grupal e individual, relatórios, pesquisas e diagnóstico, sobre o desenvolvimento e realidade da demanda, elaborados por técnicos do Programa, visando detectar possíveis problemas, medir avanços

e realizar o planejamento prévio das ações diante dos resultados obtidos.

4.2.4 Característica específica do grupo verde:

Em 2001, teve início uma nova proposta de auxílio à aprendizagem, visto que ao estar em contato com as crianças as educadoras perceberam que as mesmas possuíam grandes dificuldades de alfabetização.

Como já citado, em 2001 foram realizadas algumas entrevistas com os professores das escolas da rede pública de ensino, onde as crianças estudam. Esse trabalho serviu para analisar qual o grau de dificuldade que cada criança possuía. Fora então proposto um trabalho que pudesse estar dando um respaldo à escola, no sentido de estar complementando-a.

A proposta assim se baseou em estar dividindo as crianças em nível de dificuldades de aprendizagem; com intuito de desenvolver atividades complementares à escola, visando à ampliação de conhecimentos e à melhora do rendimento escolar, auxiliando-as na recuperação da auto-estima e na formação de uma base educacional que possibilitasse a construção de novos referenciais, estimulando, desse modo, a sua permanência na escola e o seu sucesso.

Porém, notou-se que o desempenho das crianças necessitava da realização de outras atividades, tais como:

- **Artesanato:** atividades de artesanato pretendem desenvolver a criatividade e auxiliar na elaboração da coordenação motora;
- **Brinquedoteca:** proporcionar um espaço onde a criança possa brincar livremente, e, concomitantemente, estimular o desenvolvimento da

capacidade de concentrar a atenção, a operatividade, a inteligência, a criatividade, a sociabilidade, o equilíbrio emocional, expandido e descobrindo suas potencialidades, no sentido de melhorar a qualidade das relações que estabelece consigo mesma, com seus semelhantes e com o meio;

- **Oficina Pedagógica:** proporcionar um espaço que possibilite elaboração e criação de conceitos sobre os diversos conhecimentos, colocando o participante em contato com os tipos variados de matérias e jogos pedagógicos, adotando uma metodologia diversificada que auxilie no desenvolvimento cognitivo;
- **Expressão Corporal:** tem como objetivo promover atividades de expressão corporal e artística, de forma a desenvolver o potencial de criação grupal, o equilíbrio emocional, a memória, o raciocínio e a empatia, através da apresentação de atividades que abordem temas atuais e também que resgatem o saber popular;
- **Formação Humana:** conscientizar e despertar os valores fundamentais da vida e da pessoa como ser único e social, enfim, como criatura de Deus;
- **Coral:** promove atividades de educação musical, buscando disciplinar a voz, valorizar o trabalho grupal, proporcionando experiências que aumentem a auto-estima e a expansão das potencialidades musicais;
- **Computação:** proporciona a aproximação do participante ao computador, ajudando-o a dominar algumas noções básicas de informática e familiarizando-o com os programas que desenvolvam a sua coordenação motora, criatividade e raciocínio;
- **Higiene e Beleza:** noções básicas de limpeza e higiene corporal, visando o aumento da auto - estima do participante e ampliando o grau de

conhecimentos acerca da necessidade da higiene para seu bem estar e da coletividade;

- **Ecologia e Saúde:** ecologia – oferecer meios para que o participante compreenda os ciclos da natureza e a necessidade de desenvolver suas potencialidades. Saúde - promover atividades sobre o tema, de forma a conscientizar o participante sobre seus direitos e a necessidade de aprender os mecanismo que garantam o aumento da qualidade de vida através da inserção de hábitos e atitudes saudáveis;
- **Recreação:** Atividades recreativas e lúdicas, trabalhando a flexibilidade de movimento e coordenação motora, proporcionando também um processo de integração social e educacional, através de jogos infantis individuais ou coletivos, e a socialização entre eles;
- **Atividade artística:** promove junto aos participantes atividades artísticas e artesanais, que possam desenvolver a coordenação motora, sua noção espaço temporal e a criatividade, buscando, concomitantemente, ser um trabalho que proporcione momentos de relaxamento e auto-conhecimento.
- **Cidadania:** Promover o sentimento coletivo de solidariedade social, de espírito cooperativo e de participação entre grupo de crianças, tendo em vista desenvolver sua capacidade crítica, intelectual, sendo esta a base para a educação voltada à formação da cidadania, numa visão interativa que envolva o seu cotidiano e o mundo globalizado.

Desse modo, o trabalho que é realizado no grupo verde é composto por quinze crianças, sendo seis meninas e nove meninos, além de possuir duas educadoras formadas em Magistério.

Ainda, verificou-se, nesse período de agosto a dezembro de 2001, um avanço na alfabetização das crianças e também na sua socialização, visto que essas crianças não conseguiam ler e escrever, porém, começaram a ter uma apreensão das tarefas, colocando em prática nas outras atividades que auxiliavam em seu entendimento.

Igualmente, no período de janeiro a agosto de 2002, quando entraram mais crianças no projeto, pôde-se perceber que estas voltaram a ser divididas por série. Porém, ao ser realizada uma nova entrevista com os professores nas escolas, notou-se que as crianças não estavam apresentando evolução no seu processo de alfabetização, sendo assim, retornou com a proposta de divisão das crianças por níveis.

As crianças que são atendidas, no projeto, possuem de 07 a 12 anos, provenientes de famílias de baixa renda ou que apresentam necessidade de receber atendimento sócio-educativo, frente à sua face de desenvolvimento e de situações pessoais.

5 AS CRIANÇAS ATENDIDAS NO EDUCANDÁRIO SÃO JOSÉ: DIFICULDADES E AVANÇOS

Neste capítulo, apresentam-se os dados referentes às possibilidades de que o trabalho desenvolvido no Educandário São José, tenha colaborado para a ampliação dos requisitos educacionais dos alunos das escolas de ensino fundamental - Enrico Bertoni, - Tertuliano de Arêa Leão e - Alberico César da Silva, que participam do projeto.

Para tanto entrevistara-se os familiares de treze alunos, sendo que as outras três famílias não foram encontradas. Além dos sete professores e dois educadores que os acompanham.

5.1 Alguns aspectos psico-sociais das crianças atendidas no Educandário São José, na percepção da família.

Um primeiro aspecto levantado, através das entrevistas realizadas com as famílias das crianças, participantes do Projeto Brincando e Aprendendo do Educandário São José, pertencentes ao grupo verde, foi como os pais vêem seus filhos na família.

Os pais, em sua maioria percebem seus filhos como agressivos nas relações com a família.

Tal realidade pôde ser constatada, através dos depoimentos, em que 60% dos pais afirmaram que seus filhos apresentam um comportamento agressivo, tanto em casa quanto com os amigos.

“Meu filho é terrível em casa, é mal criado, mal educado e agressivo”.

“... é explosivo, nervoso e desobediente”.

“... é nervosa e gosta de ficar na rua”.

Observa-se que há uma tendência clara à agressividade e à irritabilidade nas crianças, extrapolando estes comportamentos nas relações extra-familiares.

Entretanto, 40% dos pais mencionaram a existência de um bom comportamento.

”Meu filho possui um bom relacionamento com os amigos”.

“... é um menino calmo”.

Como se pode observar através das entrevistas, foram apresentadas falas, que trazem como fatores significativos: a ausência do pai e a relação familiar conflituosa.

“Sua vida foi marcada pela perda do pai, que lhe acarretou grande sofrimento, (já que este saiu de casa) e hoje sente muita raiva e não quer mais falar nele”.

“A prisão do pai foi algo marcante em sua vida, sendo necessário fazer tratamento psicológico”.

“... presenciou brigas entre o pai (alcoholizado) e a mãe que apanhava”.

As crianças precisam, participar dos conflitos familiares, para que aprendam também a resolver seus próprios problemas, mas isso não significa, que devam ser expostas a situações de agressividade tanto física como psicológica, a ponto de tornarem para si, a responsabilidade de atos que não são saudáveis ao seu desenvolvimento. Muitas vezes, as atitudes dos pais de esconderem da criança a verdade sobre as situações e o porquê de certas discussões ou acontecimentos, enfraquecem a estrutura da criança, tornando-a vulnerável e instável, com relação aos seus próprios sentimentos; desencadeando, em alguns sintomas como; xixi na cama, agressividade na escola, dificuldade de fazer amigos, dificuldade de aprendizagem, etc.

Assim, a criança que cresce num ambiente que respeita as diferentes opiniões e os pontos de vista, aprende a ser mais ponderada. Além de analisar as situações sob ângulos diferentes e desenvolver mais autoconfiança, sendo capaz de investir mais recursos emocionais, de explorar e de aprender sobre o comportamento das pessoas e do mundo.³⁰

Outro aspecto a ser enfatizado, está relacionado ao grau de conhecimento dos pais ao projeto. Eles, em sua maioria, demonstraram ter conhecimento tanto em relação ao mesmo, quanto das atividades desenvolvidas por ele.

Contudo, há pais que conhecem o projeto, mas não se recordam das atividades que são desenvolvidas, e ainda, aqueles que desconhecem totalmente o trabalho desenvolvido.

Há uma outra questão importante relacionada à escola, a maioria dos pais relatou que seus filhos apresentam dificuldades no aprendizado, principalmente no que se refere à leitura e à escrita. Sendo estes fatores também observados pelos professores e acompanhados em casa pelos mesmos.

“Meu filho é muito lento e conversa muito na escola, apresentando dificuldades em copiar, escrever, além, de não conseguir acompanhar o que é passado em sala de aula”.

“... apresenta muita dificuldade na escola, principalmente na interpretação de textos e perguntas”.

“... é bagunceiro e conversa bastante na escola, apresentando dificuldade em ler”.

O problema no desenvolvimento da aprendizagem da leitura e da escrita tem sido uma forte barreira para muitas crianças e professores.

³⁰ CADÊ: banco de dados. Disponível em: <<http://www.filhosonline.com.br/comportamento36.asp>>. Acesso em 15 out. 2002.

Desde a pré-escola, o fracasso escolar cria uma verdadeira segregação entre as crianças. É preciso derrubar o paradigma de focalizar a aprendizagem no “Método de Ensino” e sim experimentar compreender o ato de aprender e de como funciona o pensamento das crianças, em cada fase de seu desenvolvimento.

Muitas vezes, encontram-se partes fragmentadas das teorias, nas paredes das salas dos professores, funcionando apenas como “Mensagem”. É preciso observar se ele faz parte da realidade da escola, e se todos conhecem de onde se originou.

Uma última questão a ser abordada, refere-se às mudanças ligadas ao objetivo do projeto. A maioria dos pais demonstraram satisfação com o progresso dos filhos em relação: à leitura, à escrita, ao relacionamento, etc, enfatizando a sua inclusão no projeto, como fator desencadeante dessas mudanças.

“Meu neto melhorou de um ano para cá, está mais interessado, ao contrário do ano passado em que ele não queria fazer nada”.

“Minha neta melhorou de um ano para cá na leitura e na letra”.

“Meu filho melhorou mais de um para cá, em virtude de estar incluso no Centro Sócio Educativo e Cultural–“Vida para Todos” do Educandário São José.

5.2 O comportamento e a aprendizagem das crianças no Educandário, na percepção dos professores

O presente tópico tem como objetivo verificar os avanços e as dificuldades no comportamento e na aprendizagem das crianças participantes do Projeto Brincando e Aprendendo; e como esse Comportamento/Aprendizagem é percebido pelos professores da **Escola Pública**.

Informações Referentes Ao Ano De 2001

Para o levantamento destes dados, realizaram-se entrevistas com sete professores das escolas de ensino Fundamental: **ENRICO BERTONI, ALBERICO DA SILVA CESAR e TERTULIANO DE ARÊA LEÃO**, onde se buscaram informações referentes a quinze crianças pertencentes ao grupo verde, que são acompanhadas por dois educadores do Centro Sócio Educativo e Cultural–“Vida para Todos”do Educandário São José.

Um primeiro aspecto levantado através das entrevistas, fora a respeito do grau de conhecimento dos professores sobre o Projeto do Educandário São José.

Os depoimentos demonstraram que 40% dos professores conhecem muito pouco o projeto, ou seja, não apresentam conhecimento da metodologia utilizada e nem das atividades desenvolvidas; apresentando noção apenas dos aspectos mencionados pelas crianças em sala de aula.

“Conheço muito pouco do projeto como: a parte do reforço; as atividades de música; estimulando-os para que aprendam mais”.

“Conheço muito pouco, as crianças comentam em sala de aula que há teatro, música...”.

“Já ouvi falar no projeto, mas não conheço as atividades desenvolvidas, somente o reforço”.

“Conheço pouco, sei que tem aula de informática, religião...”.

Outra questão importante, fora a respeito da opinião dos professores com relação ao projeto.

Os relatos evidenciaram um consenso entre os professores, pois todos citaram a importância desse trabalho desenvolvido no Centro Sócio Educativo e Cultural–“Vida para Todos” do Educandário São José; enfatizando o progresso que este vem alcançando no comportamento e no aprendizado das crianças atendidas por ele.

“Mesmo não conhecendo, acredito que o trabalho pedagógico desenvolvido no projeto é bom, pois houve um significativo progresso na aprendizagem das crianças...”.

“O Projeto contribui muito no processo de aprendizagem, pois o educador tem a possibilidade de ensinar mais e exigir mais...”.

“Acredito que o projeto está sendo válido, pois melhorou muito o aprendizado das crianças em aproximadamente 70%”.

Com relação às crianças, que estudam nas referidas escolas públicas, os professores levantaram aspectos significativos, que demonstram a melhora dos 15 alunos do grupo verde.

Nesse sentido, os professores, em seus comentários destacaram os seguintes aspectos: participação, comportamento/disciplina, leitura, escrita, dentre outros; como se pode observar no quadro síntese.

Quadro 2 – Alterações nas crianças que participam do grupo verde no ano de 2001

| MELHOROU | | | | | |
|---------------|-----------------|--------------|--------------------------|---------|---------|
| Identificação | Outros Aspectos | Participação | Comportamento/Disciplina | Leitura | Escrita |
| A. L. | - | X | X | X | X |
| A. D. | higienização | X | - | X | X |
| A. R. | - | X | X | X | X |
| D. S. | - | X | X | X | X |
| D. A. | - | - | - | - | - |
| G. V. | - | - | - | X | X |
| J. | auto-estima | X | - | - | - |
| J. A. | - | X | X | X | X |
| J. W. | - | - | - | - | - |
| J. A. | - | X | X | - | - |
| N.B. | auto-estima | X | - | - | - |
| P. H. | auto-estima | X | - | - | - |
| R. S. | - | X | X | - | - |
| S. O. | - | X | X | X | X |
| T. A. | - | X | - | X | X |
| | | 80% | 47% | 53% | 53% |

| MELHOROU POUCO | | | | | |
|----------------|------------------|--------------|--------------------------|---------|---------|
| Identificação | Outros Aspectos | Participação | Comportamento/Disciplina | Leitura | Escrita |
| A. L. | - | - | - | - | - |
| A. D. | - | - | - | - | - |
| A. R. | - | - | - | - | - |
| D. S. | - | - | - | - | - |
| D. A. | responsabilidade | X | X | X | X |
| G. V. | - | - | - | - | - |
| J. | - | - | - | - | - |
| J. A. | - | - | - | - | - |
| J. W. | responsabilidade | X | X | X | X |
| J. A. | - | - | - | - | - |
| N.B. | - | - | - | - | - |
| P. H. | - | - | - | X | X |
| R. S. | - | - | - | - | - |
| S. O. | - | - | - | - | - |
| T. A. | - | - | - | - | - |
| | | 13% | 8% | 2% | 2% |

Sobre a **Participação**, verificou-se que 80% dos alunos melhoraram, pois, antes, eles eram desestimulados e participavam muito pouco das atividades propostas em sala de aula.

“No início era desestimulado, não participava, sua higienização era precária...”.

“Surpreendeu muito, pois antes não fazia nada, segundo a professora do ano passado...”.

“Antes não perguntavam nada e hoje perguntam, melhoraram a auto - estima³¹”.

“Melhorou muito a participação dos alunos...”.

A respeito do **Comportamento**, pôde-se constatar que os alunos obtiveram uma melhora de 47%, pois antes eles eram indisciplinados, sem limites..., considerados “Alunos Problemas”³².

³¹ **Auto-Estima** – é a vivência de sermos apropriados à vida, de sentirmos a vida, estando de bem com ela. Mas especificamente, auto-estima é: a confiança em nossa capacidade para pensar e enfrentar os desafios da vida e a confiança em nosso direito de ser feliz, é a sensação de sermos merecedores, dignos, qualificados; expressando nossas necessidades e desejos. CADÊ: banco de dados. Disponível em: <<http://www.orbita.stmedia.com/estima.html>>. Acesso em 10 out. 2002.

³² **Alunos Problemas** – É considerado, em geral, como aquele que padece de certos supostos “distúrbios psico/pedagógicos”; distúrbios estes que podem ser de natureza cognitiva (os tais “distúrbios de aprendizagem”) ou de natureza comportamental, e nessa última categoria enquadra-se um grande conjunto de

“... Houve uma melhora significativa quanto à disciplina, pois antes eles eram indisciplinados, não respeitavam ninguém e possuíam um comportamento agressivo”.

“... Era muito constrangido, alheio, indisciplinado e não participativo”.

“... No início era desinteressado, não participava, e sua higienização era precária; atualmente seu caderno está mais limpo e melhorou o comportamento”.

Segundo Todorov (1989), o comportamento é interação organismo-ambiente e tem uma função biológica adaptativa. Esta interação é dinâmica, favorecendo a uma plasticidade do comportamento. Isto quer dizer que o mesmo pode mudar a partir de mudanças nesta relação. Portanto, as variações comportamentais no modo de agir das pessoas são necessárias, podendo ser freqüentes.³³

Sendo assim, nota-se que, muitas vezes os professores acabam julgando o comportamento das crianças, calcado em preconceitos e falsos conceitos. Sobretudo, porque a personalidade das crianças, seus esquemas comportamentais, cognitivos e de avaliação são constituídos através das formas de como assumem as relações de interdependência com as pessoas que as cercam com mais freqüência, ou seja, os membros das famílias.

No entanto, elas não reproduzem, necessariamente, as formas de agir de sua família, mas encontram sua própria modalidade, em função das relações de interdependência no seio da qual estão inseridas.

Com relação ao aprendizado, obtiveram uma melhora na **Leitura e Escrita** de 53%, ampliando o interesse em apreender.

ações que chamamos usualmente de “indisciplinados”. Cf. AQUINO, Julio Groppa. A indisciplina e a escola atual. **Revista Faculdade Educação**, São Paulo, jul./dez. 1998. p. 3.

³³ MARCAL, João Vicente de Souza. **Variação do comportamento e personalidade**: como a análise do comportamento interpreta? Disponível em: <<http://www.ibac.com.br/doc/artigosetextos.html>>. Acesso em: 27 set. 2002.

“... Antes era desestimulado, não participava; atualmente seu caderno está mais limpo e passou a se interessar no aprendizado”.

“... Segundo a professora anterior, não costumava fazer nada, tinha muita dificuldade em assimilar as coisas, não conhecia as vogais, não sabia ler, copiava da lousa só com a letra de forma. Hoje está formando frases, sabe escrever e ler os numerais...”.

“... Melhorou rendimento escolar”.

“... Melhorou o aprendizado em aproximadamente 70%”.

“... Houve uma melhoria no aprendizado pedagógico e nos quesitos comportamentais e sociais, está mais estimulado à leitura, pois era fraco, devagar... agora escreve”.

“As primeiras experiências escolares são fundamentais para a criança, influenciando não só seu futuro desempenho escolar, como também a forma de seu relacionamento com toda a sociedade”. (Bettelheim & Zelan, 1984).³⁴

Alguns professores justificaram as dificuldades encontradas pelas crianças no processo de ensino-aprendizagem, em decorrência das seguintes problemáticas:

- Carência econômica;
- Indisciplina e
- Baixo nível educacional.

³⁴ FREITAS, Lia. **A produção de ignorância na escola**: uma análise crítica do ensino da língua escrita na sala de aula. São Paulo: Cortez, 1989. p. 18.

Porém, segundo os professores a principal questão é o desinteresse da família pela educação do filho.

“... Sente que os pais deixam na mão da professora a educação...”.

“... Os pais não comparecem na escola para saberem de seus filhos”.

“... Às vezes acontece algum problema na sala de aula e mandamos bilhetes para os pais, entretanto, estes não comparecem para nos ajudar a solucionar o problema...”.

“... Ele possui em sala de aula um comportamento muito ruim...”.

“... O problema é a indisciplina a falta de concentração...”.

Esses apontamentos nos mostram que o ensino público oportuniza a todos os indivíduos, igualmente, o acesso ao conhecimento, possibilitando o desenvolvimento pessoal, a ascensão e o poder econômico aos indivíduos desprivilegiados. Concebendo, entretanto, o fracasso escolar (repetência, evasão...) como característica própria do indivíduo (imaturidade, desinteresse, problemas emocionais, estrutura familiar...).

Ainda, alguns professores explicando as dificuldades de aprendizagem, responsabilizam a criança ou a sua família, dando menor ênfase à responsabilidade que a escola possui na defasagem do aluno.

“... A classe é heterogênea, possuindo problemas familiares”.

“... A mãe não comparece, não acompanha o filho...”.

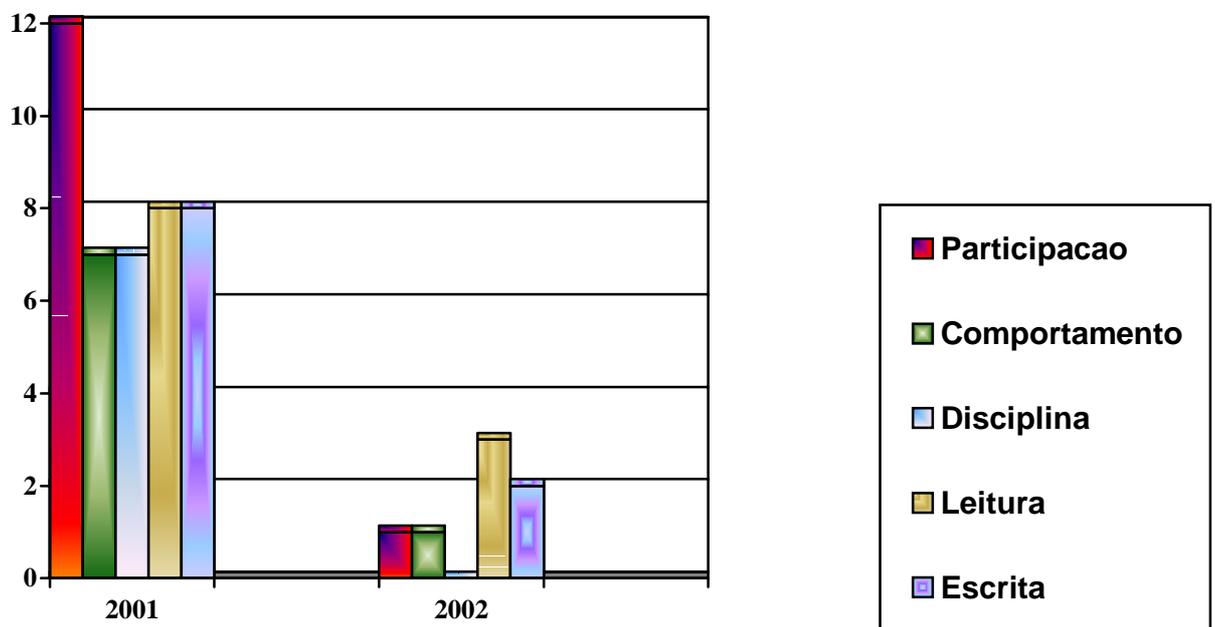
Sendo assim, o professor, por não questionar sua prática pedagógica, acaba culpando a criança pela sua dificuldade de aprendizagem, não compreendendo que as deficiências de sua formação profissional não são somente culpa sua, mas também decorrente das condições precárias de funcionamento da escola.

Informações referentes ao ano de 2002

Ao iniciar o ano de 2002, devido ao aumento de participantes, optou-se pela antiga organização das crianças; isto é, a atividade de auxílio à aprendizagem por série escolar e não mais por níveis de aprendizado. Essa mudança passou a influenciar no desenvolvimento dos alunos, sendo percebido não só pelos educadores, mas por todos que a cercam.

Conseqüentemente, por solicitação da Assistente Social, realizou-se outra entrevista com os professores das escolas supracitadas, com intuito de averiguar se essa mudança exercera influência também na escola. Obteve-se o resultado que pode ser observado na figura 1.

Figura 1 - Melhoras obtidas pelas crianças na percepção dos professores referentes aos anos de 2001 e 2002



Os depoimentos demonstraram que a passagem das crianças de nível de aprendizagem para série escolar influenciou tanto no aprendizado, quanto no comportamento das crianças em sala de aula; pois para eles, a forma como se trabalhara no ano de 2001, fora muito significativa.

“... A forma como estava sendo trabalhado o projeto no ano passado, contribui para a melhora do seu rendimento; mas no início deste ano eu senti que houve um retrocesso...”.

“... O comportamento das crianças se modificou; apresentando uma agressividade que não era tão presente no ano passado...”.

Dessa forma, ao trabalhar em níveis de aprendizado, consegue-se obter um melhor resultado, pois, basicamente, procura-se agrupar crianças com dificuldades similares, podendo assim, avançar ou regredir conforme a necessidade apresentada.

Por conseguinte, após a constatação de que a divisão das crianças, por nível de aprendizado ao invés de série escolar, obtivera melhores resultados, a Coordenação juntamente com o corpo técnico resolveram voltar a agrupar as crianças por níveis de aprendizado determinando a retomada dos grupos.

5.3 A relação dos educadores com as crianças atendidas pelo projeto brincando e aprendendo

O presente tópico tem como objetivo expor as informações levantadas, através da entrevista realizada com duas educadoras responsáveis pela atividade de auxílio à aprendizagem do grupo verde, inserido no Projeto Brincando e Aprendendo.

Sendo assim, uma primeira questão levantada, refere-se ao objetivo que as mesmas possuem em relação às crianças, já que foco central deste trabalho é pautado na alfabetização³⁵.

³⁵ **Alfabetização:** ocupa-se da aquisição da escrita por um indivíduo ou grupo de indivíduos. Nesse sentido a prática da alfabetização é desenhada como um processo de aprendizagem individual da escrita. Cf. TERRA: banco de dados. Disponível em:< <http://www.aduftpbb.com.br> >. Acesso em: 10 out.2002.

Na percepção das educadoras, as crianças possuíam dificuldades de aprendizagem com o método tradicional e por isso foram utilizadas outras estratégias, com intuito de alcançar os objetivos do trabalho proposto:

“... O objetivo maior é a alfabetização das crianças, onde trabalhamos junto ao objetivo geral da Congregação”.(educador 01)

“... As crianças na escola com o método tradicional não avançavam”. (educador 02)

“... Nós trabalhamos a aprendizagem utilizando jogos pedagógicos, brinquedoteca, atividades lúdicas, videokê,... que estimulam a elas aprenderem...” (ambos educadores)

“... Só o auxílio aprendizagem não estaria dando conta, então pensamos em estar juntando uma atividade com a outra, complementando-as”.(educador 02)

Contudo, no decorrer da entrevista com as educadoras, pôde-se constatar que não é apenas o auxílio à aprendizagem que contribuiu para o processo de aprendizagem das crianças, mas sim o conjunto de atividades desenvolvidas junto à criança.

Outra questão levantada, diz respeito ao conjunto de métodos empregados entre eles: Tradicional, Cognitivismo, Libertadora e o Construtivismo, sendo que esses deveriam estar articulados com o objetivo geral da Congregação, do Projeto e precisamente com o objetivo que se tem em relação a cada criança.

Método Tradicional:

“É uma proposta de educação centrada na figura do professor. O princípio é a transmissão de conhecimentos por meio da aula, freqüentemente expositiva,

numa seqüência predeterminada e fixa que enfatiza a repetição de exercícios com exigência de memorização. Muitas vezes não leva em consideração o que a criança aprende fora da escola”.³⁶

Método Cognitivismo:

“Considera fator cognitivo básico a percepção, a atenção, a memória, o raciocínio, a resolução de problemas e fatores relacionados ao desenvolvimento cognitivo- evolutivo em um meio social abrangendo o desenvolvimento moral, o conhecimento de si, dos outros e da sociedade”.³⁷

Método Libertador:

“No final dos anos 70 e início dos anos 80, ocorre uma intensa mobilização dos educadores por uma educação crítica, tendo em vista a superação das desigualdades sociais. Tem suas origens nos movimentos de educação popular que ocorreram no final dos anos 50, interrompidos pelo golpe militar de 1964. A educação está centrada na discussão de temas sociais e políticos; o professor coordena atividades e atua juntamente com os alunos”.³⁸

Método Construtivista:

“É a linha atualmente seguida pelas escolas públicas brasileiras, preconizada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Surgiu em meados dos anos 80, a partir de estudos sobre a psicogênese da língua escrita. Enfatiza o conhecimento que a criança já tem antes de ingressar na escola, e está focado na língua escrita. Existem distorções na aplicação do conceito. Uma delas é a de que não se deve corrigir os erros dos alunos. É confundida com o método e pode ser aplicada com outras técnicas”.³⁹

Nota-se, ainda, que as crianças obtiveram uma significativa evolução tanto nos aspectos psicológicos quanto nos aspectos sociais.

“... As crianças em geral tiveram desenvolvimento, isso não significa que todas saíram alfabetizadas, e se isso não aconteceu elas saíram capazes de aprender.”(educador 01)

³⁶ . Guerra de letras. **Educação**, São Paulo, ano 28, n. 244, p.48-56, ago. 2001. p. 51.

³⁷ COLL, César. PALACIOS, Jesus. MARCHESI, Álvaro. **Desenvolvimento psicológico e educação**. Porto Alegre: Artes Medicas, 1995. p. 16.

³⁸ Guerra de letras, p.54

³⁹ Guerra de letras, loc. cit.

“... As crianças melhoraram sua auto-estima, pois às vezes tinham medo de perguntar para nós, e hoje perguntam”.(educador 01)

Em um outro momento, foi perguntado às educadoras qual seria, na sua percepção, a diferença no trabalho do educador social e do professor da rede pública de ensino. As educadoras destacaram duas questões importantes, a relação do professor com o aluno e o conhecimento do educador sobre a realidade dessas crianças.

“... O número de crianças por sala de aula, sendo que na escola têm cerca de quarenta alunos por sala, já aqui, no Projeto, trabalhamos com no máximo, vinte e cinco crianças em cada sala”.(educador 02)

“... Nós educadores conhecemos a realidade das crianças das quais trabalhamos, isso ocorre através de visitas domiciliares, mesmo sabendo que não é o nosso papel”.(ambos educadores)

“... A relação pessoal da professora com o aluno, em minha opinião é que na escola esta relação é muito vaga, pois a professora acha que as crianças são depósito de informações, aonde assim chegam com um montante de informações, e eles tem que cumpri-las até o final do ano, quando isso não acontece acham que estas crianças não são capazes.”(educadora 02)

Sendo assim, a metodologia adotada pelo projeto, alterna momentos de atuação direta do educador social com um atendimento individualizado e interativo entre as crianças. Diferentemente do que ocorre na escola, onde as crianças são agrupadas por série.

Segundo Serrão e Baleeiro (1999), a definição de educador social constitui num ser agente de transformação. Cabe a ele auxiliar na organização dos desejos e necessidades da população com a qual trabalha. O maior desafio do educador é justamente equilibrar-se entre a tendência a conduzir, pensando saber o que é

melhor para criança e adolescente, e o deixar-se conduzir, não colocando limites, compensando necessidades com permissividade.⁴⁰

“Enquanto que cabe ao professor um ser dotado de saber especializado, aliado a práticas específicas que o profissional necessita dominar, adquiridas através de uma formação estruturada”.⁴¹

Uma outra discussão abordada, refere-se à visão dos educadores em relação às crianças atendidas no Educandário. Nessa questão pôde-se constatar que uma delas reforça a importância do vínculo afetivo com as crianças, enquanto outra reforça a necessidade de acreditar na capacidade cognitiva das mesmas.

“... Nós vemos estas crianças como um filho para nós. Não é ocupar o lugar da mãe, é estar pensando como eu gostaria de que meu filho fosse tratado.”(educador 01)

“... O trabalho vale a pena, estas crianças são inteligentes e têm capacidade, o que esta faltando para elas são oportunidades”.(educador 02)

Com relação aos critérios que as educadoras utilizaram para avaliar a evolução de cada criança, destacou-se a técnica de observação, pois as mesmas em sua maioria não estavam alfabetizadas, como comentam as educadoras:

“... O critério utilizado para avaliar cada criança foi a observação passo a passo, pois eram crianças sem alfabetização, assim estava visivelmente fácil a observação.”(educador 01)

“... O que marcou, no processo com as crianças, foi o desenvolvimento da auto-estima, o interesse, a participação, ver que essas crianças realmente estavam interessadas em aprender, e que portanto, o nosso trabalho está valendo a pena”.(educadora 02)

⁴⁰ SERRÃO, Margarida. BALEEIRO, Clarice Maria. **Aprendendo a ser e a Conviver**. 2. ed. São Paulo: FTD, 1999. 25p.

⁴¹ TERRA: banco de dados. Disponível em:< <http://www.educar.no.sapo.pt>>. Acesso em: 10 out.2002.

Dessa maneira, as educadoras apontaram que devido as atividades estarem articuladas ao conhecimento da realidade de cada criança com a qual se trabalha e à junção dos métodos de ensino, houve um avanço no processo de aprendizagem, bem como atividades que ampliem a auto-estima, a participação e o interesse das crianças.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação está constantemente presente em nosso cotidiano. Não há um modelo exclusivo de educação, e a escola não é o único locus onde ela ocorre, ou seja, está inserida em todas as instituições: na família, na comunidade, na igreja, dentre outras. Esta é essencial para o processo de desenvolvimento econômico, político, social e cultural.

Ao longo da história, a educação brasileira passou por diversas e diferentes etapas, as quais estavam submetidas aos interesses evidentes de cada época. No decorrer das décadas de 70 e 80, tinha-se por base o princípio da democratização, período em que ocorreu uma expansão ao acesso à escola, ou seja, dava-se ênfase à quantidade e não à qualidade.

Sendo assim, a escola deveria ser capaz de evidenciar a igualdade de oportunidades, respeitando as diferenças do outro, suas potencialidades, seus interesses e suas habilidades, visando à participação efetiva nas relações sociais.

Porém podemos notar explicitamente que a escola pública não foi planejada para atender as crianças carentes, já que a cultura introduzida torna-se distante da realidade das mesmas. Além disso, a escola tem uma organização própria e apresentam conteúdos que geralmente não fazem parte do cotidiano dos alunos; contribuindo, por sua vez, na inadequação ao espaço escolar. Assim, atualmente, enxergamos que essa inadequação não são dos alunos, mas sim da escola a eles, o que torna-se um forte agravante para que os mesmos venham a fracassar.

Portanto, notamos que o fracasso escolar, nas circunstâncias em que ocorre, é considerado inaceitável diante do aspecto social; improdutivo com relação à perspectiva econômica e humanamente imoral, bem como não podendo ser explicável do ponto de vista pedagógico. Em face disso, a evasão e repetência escolar é uma problemática muito questionada no sistema educacional brasileiro.

Diante das deficiências da política educacional, emerge uma proposta de ação complementar à escola, que deve estar intrinsecamente relacionada e integrada à família, à comunidade, à sociedade civil, aos poderes públicos e essencialmente à escola fundamental da rede pública.

É nesse contexto que estão pautadas as ações desenvolvidas no Projeto Sócio Educativo e Cultural –“ Vida para Todos-“ do Educandário São José, o qual nos serviu de objeto de estudo à Nova Proposta de Auxílio À Aprendizagem do Projeto Brincando e Aprendendo, sendo que a pesquisa buscou mostrar a diferença do processo de aprendizagem da criança na escola e no projeto sócio - educativo. Assim, destacamos algumas questões importantes:

Com relação às famílias atendidas no projeto, sentimos que há um conhecimento, porém, não um envolvimento das mesmas. Sendo assim, necessário ser mais trabalhado esse aspecto, pois o acompanhamento da criança e do adolescente pela família deve ser continuamente estimulado e valorizado, visto que ela é uma fundamental aliada nas ações desenvolvidas nos programas.

No entanto, a comunidade encontra-se participante das ações desenvolvidas no projeto, e compreende as propostas realizadas, sendo estimulada a participar, freqüentemente, através de doações, promoções e trabalhos voluntários, contribuindo na melhoria da gestão. Além disso, o programa introduzido na comunidade une serviços, recursos e oportunidades dentro da própria sociedade, ampliando o processo de desenvolvimento e de socialização.

Sendo a escola uma instituição que desenvolve a socialização, percebemos então que o trabalho realizado nesta é abrangente, devido à organização (os alunos são agrupados por série), ao currículo (muitos professores não possuem uma qualificação adequada), à metodologia empregada, dentre outros fatores, que muitas vezes condicionam a defasagem do ensino fundamental.

Através dessa defasagem, a Assistente Social juntamente com a equipe do projeto sócio-educativo perceberam a importância de propor um novo método de atuação no auxílio à aprendizagem, pois crianças que estavam na quarta série, não estavam alfabetizadas. Portanto, estas foram agrupadas em níveis de dificuldades de aprendizagem, com intuito de superar suas dificuldades individuais. Além disso, o vínculo afetivo que é

estabelecido entre os educadores e as crianças é muito priorizado, e o conjunto de atividades pedagógicas favorecem uma maior absorção do aprendizado.

Do exposto, podemos constatar que devido ao método utilizado nessa Nova Proposta de Auxílio Aprendizagem, comprovou-se um significativo avanço nos aspectos relacionados à escrita, à leitura, à disciplina, ao comportamento, e em especial à participação.

Dessa forma, diante desse contexto os governantes, a sociedade civil e os poderes públicos de forma geral, não podem “fechar os olhos” para a questão da educação no Brasil, mas sim articular esforços para garantir uma educação de qualidade às crianças e adolescentes com objetivo de inseri-los de forma justa e digna na sociedade contemporânea.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTA VISTA: banco de dados. Disponível em:

<<http://www.ufop.br/graduação/idbtext.html>> acesso em: 27 out. 2002.

AQUINO, Julio Groppa. A indisciplina e a escola atual. **Revista Faculdade Educação**, São Paulo, jul. /dez. 1998. p.3.

BARROS, Ricardo Paes de. As faces da miséria brasileira. **Veja**, São Paulo, ano 35, n. 3, p.82-93, jan. 2002. p. 91.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. p.10.

_____. **O que é educação**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. p.10.

BUENO, Silveira. **Minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo: FDT: LISA, 1996.

CADÊ: banco de dados. Disponível em:

<<http://www.filhosonline.com.br/comportamento36.asp>>. Acesso em 15 out. 2002.

_____. banco de dados. Disponível em:

<<http://www.filhosonline.com.br/comportamento36.asp>>. Acesso em 15 out. 2002.

CADÊ: banco de dados. Disponível em: <<http://www.orbita.stmedia.com/estima.html>>. Acesso em: 10 out. 2002.

COLL, César; PALACIOS, Jesus; MARCHESI, Álvaro. **Desenvolvimento psicológico e educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

COUTO, Sonia. Especialistas apontam obstáculos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 jan. 2002. Folha Cotidiano, p. C1.

DELORS, Jaques. **Educação um tesouro a descobrir**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

EVASÃO escolar. **Educação**, São Paulo, ano 28, n. 245, set. 2001.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Org.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000. p.53.

FORA do ar. **Educação**. São Paulo, ano 28, n. 246, out. 2001.

FREITAS, Lia. **A produção de ignorância na escola: uma análise crítica do ensino da língua escrita na sala de aula**. São Paulo: Cortez, 1989.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, Patrícia; KAMINSKI, Kristhian. Questão de Método. **Educação**, São Paulo, ano 28, n. 244, p.48-56, ago. 2002. p.54.

GLOBO: banco de dados. Disponível em: <<http://redeglobo6.globo.com/amigosdaescola/0,6993,1236,00.html>>. Acesso em: 30 abr. 2002

GOMES, Maria de Fátima Cardoso; SENA, Maria das Graças de Castro (Org.). **Dificuldades de aprendizagem na alfabetização**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GROSSO, Antônio Batista. E nossas crianças e adolescentes? **Educação**, São Paulo, ano 27, n. 238, p. 28, fev. 2001.

Guerra de letras. **Educação**, São Paulo, ano 28, n. 244, p.48-56, ago. 2001. p. 51.

_____. **Educação**, São Paulo, ano 28, n. 244, p.48-56, ago. 2001. p. 54.

INSTITUTO DE ESTUDOS ESPECIAIS DA PUC. **Programa Brasil criança cidadã**. São Paulo, 1996. p.20.

_____. **Programa Brasil criança cidadã**. São Paulo, 1996. p.29.

_____. **Programa Brasil criança cidadã**. São Paulo, 1996. p.31.

KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (Org.). **Família brasileira a base de tudo**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 118.

_____. **Família brasileira a base de tudo**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p.120.

_____. **Família brasileira a base de tudo**. 4.ed. São Paulo: Cortez, Brasília, DF: Unicef, 2000. p. 121.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável**. São Paulo: Ática, 1997.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Comentários ao estatuto da criança e do adolescente**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 1995. p. 37.

_____. **Comentários ao estatuto da criança e do adolescente**. 3.ed. São Paulo: Malheiros, 1995. p. 40.

MARCAL, João Vicente de Souza. **Variação do comportamento e personalidade: como a análise do comportamento interpreta?**

Disponível em: <<http://www.ibac.com.br/doc/artigosetextos.html>>. Acesso em: 27 set. 2002.

MELLO, Guiomar Namó. **Cidadania e competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998. p.46.

_____. **Cidadania e competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998. p. 74-76.

_____. **Cidadania e competitividade:** desafios educacionais do terceiro milênio. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998. p.86.

MENDONÇA, Ricardo. As faces da miséria brasileira. **Veja**, São Paulo, ano 35, n. 3, p.82-93, jan. 2002. p. 91

PASTORAL DO MENOR AMENCAR. **Estatuto da criança e do adolescente 10 anos:** Cidadania Presente. Caxias do Sul, 2000. p. 15.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente 10 anos:** Cidadania Presente. Caxias do Sul, 2000. p. 15-16.

POR uma polêmica. **Educação**, São Paulo, ano 28, n. 244, ago. 2001. p.11.

PURÍSSIMO, Márcia Cristina. **Programa sócio educativo do educandário São José:** projeto brincando e aprendendo, 2001.

_____. **Plano de ação da congregação filhas de Maria Missionária:** anexo 1. 2001.

_____. **Plano de ação da congregação filhas de Maria Missionária:** anexo 2. 2001.

_____. **Plano de ação da congregação filhas de Maria Missionária:** anexo 3. 2001.

_____. **Plano de ação da congregação filhas de Maria Missionária:** anexo 4. 2001.

_____. **Plano de ação da congregação filhas de Maria Missionária:** anexo 5A. 2001.

_____. **Plano de ação da congregação filhas de Maria Missionária:** anexo 5B. 2001.

_____. **Relatório das atividades da congregação da filhas de Maria Missionária.** 2001.

RAINHO, João Marcos. Pela porta dos fundos. **Educação**, São Paulo, ano 28, n. 245, p. 59, set. 2001.

RICO, Elizabeth Mello (Org.). **Avaliação de políticas sociais:** uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1998. p. 61-62.

RODRIGUES, Nelson. **Estado, Educação e desenvolvimento econômico.** 3. ed. São Paulo: Autores associados: Cortez, 1987.

SERRÃO, Margarida. BALEEIRO, Clarice Maria. **Aprendendo a ser e a Conviver.** 2. ed. São Paulo: FTD, 1999. 25p.

TERRA: banco de dados. Disponível em: < <http://www.aduftpbp.com.br>>. Acesso em: 10 out.2002.

_____. Disponível em:< <http://www.educar.no.sapo.pt>>. Acesso em: 10 out. 2002.

UNICEF. **Guia de ações complementares à escola para crianças e adolescentes.** 1995. p.65.

_____. **Guia de ações complementares à escola para crianças e adolescentes.** 1995.
p.52.

ANEXO A - Formulário aplicado aos familiares

- 1-)** Como é seu filho? (Comportamento com a família, amigos).

- 2-)** Você conhece o projeto Brincando e Aprendendo? Conhece quais atividades são desenvolvidas?

- 3-)** Como é seu filho com relação a escola?

- 4-)** De onde vem essa visão? (em relação do filho à escola)

- 5-)** Ocorreu alguma coisa especial na vida de seu filho? (perda do pai...)

- 6-)** Quais as dificuldades apresentadas por seu filho?

- 7-)** De um ano para cá ocorreu alguma mudança com seu filho? (ligada aos objetivos do projeto: leitura, escrita, relacionamento...).

ANEXO B - Formulário aplicado aos professores no ano de 2001

1-) Conhece o projeto? E o quê?

2-) O que você acha do projeto?

3-) Quais as observações que faria sobre cada criança?

4-) Houve alguma melhora em relação ao 1º. e 2º. semestre? Em quê?

ANEXO C - Formulário aplicado aos professores no ano de 2002

- 1-)** Como são comunicados os problemas vividos pela criança ou adolescente para os pais e em que momento?

- 2-)** Principais problemas apresentados na sala de aula:

- 3-)** Como é o comportamento dos alunos em sala de aula?

- 4-)** Como é o rendimento dos alunos em sala de aula?

- 5-)** A escola, os professores conhecem os Projetos do Educandário São José? De que forma?

ANEXO D - Formulário aplicado aos educadores do projeto Brincando e Aprendendo

1-) Qual o objetivo que vocês possuem com relação ao conjunto de crianças? Quais são suas estratégias?

2-) Como foi organizada a metodologia que está sendo aplicada neste projeto?

3-) Qual a evolução da criança nesse processo de aprendizagem?

4-) Qual seria em sua visão a diferença entre educador e professor da escola?

5-) Como vocês vêem essa crianças que são atendidas no Educandário?

6-) Quais foram os critérios utilizados para avaliar a evolução dessas criança?

ANEXO E - Formulário aplicado à assistente social

1-) Por que a elaboração deste projeto subdividido em grupos? Qual a finalidade?

2-) O que é o trabalho sócio-educativo?

ANEXO F – Participantes do Programa Sócio Educativo e Cultural – “Vida para Todos” do Educandário São José

ANEXO G – Atividades desenvolvidas no Projeto Sócio- Educativo

Oficina Pedagógica

Auxílio Aprendizagem

Brinquedoteca

Recreação

Refeitório

